

Wolfsberg Group

Orientação sobre o Questionário de Devida Diligência de Correspondente Bancário (CBDDQ)

Fevereiro de 2023

O Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS, na sigla para *Basel Committee on Banking Supervision*), o Comitê de Pagamentos e Infraestrutura do Mercado (CPMI, na sigla para *Committee on Payments and Market Infrastructures*), o Grupo de Ação Financeira (GAFI) e o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla para *Financial Stability Board*) reconheceram o Questionário de Devida Diligência de Banco Correspondente (CBDDQ, na sigla para *Correspondent Banking Due Diligence Questionnaire*) como sendo "uma das iniciativas da indústria que ajudará a abordar o declínio no número de relações de bancos correspondentes, facilitando os processos de devida diligência.

Este documento visa dar suporte ao uso do CBDDQ, fornecendo orientação sobre as respostas às perguntas, bem como uma compreensão dos riscos subjacentes das atividades bancárias do Correspondente e do Respondente, e quais medidas um Respondente pode tomar para aprimorar seus controles para atender aos padrões e normas atuais do setor. Em todas as respostas, o Respondente deve ser transparente e anotar no final de cada seção qualquer informação adicional que ajude o Correspondente a entender o contexto das respostas. A comunicação aberta e direta entre as partes ajudará a construir uma sólida relação de trabalho. Um CBDDQ separado deve ser preenchido para cada pessoa jurídica.

Esta orientação abrange as perguntas que o Wolfsberg Group acredita que se beneficiariam mais de informações adicionais (portanto, nem todas as perguntas são abordadas) e deve ser usada juntamente com todos os outros materiais publicados sobre o CBDDQ, disponíveis na página do Wolfsberg Group <https://wolfsberg-group.org/resources>. Esta orientação é baseada na versão 1.4 do CBDDQ.

1. Entidade e Propriedade		
Pergunta 1	Nome Razão Social Completa	<p>Orientação</p> <p>A Razão Social Completa também é referida como nome da empresa. O nome legal completo da sua Entidade é vital para garantir que a avaliação de risco do Banco Correspondente esteja sendo realizada sobre a parte correta.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>A Razão Social Completa deve corresponder ao nome nos registros do Banco Correspondente e refletir a Pessoa Jurídica</p>
Pergunta 2	Anexe uma lista de filiais estrangeiras que são cobertas por este questionário	<p>Orientação</p> <p>Uma lista das filiais estrangeiras da sua Pessoa Jurídica deve ser anexada, a menos que haja uma filial que tenha atividades comerciais/clientes diferentes ou não siga o mesmo programa de Compliance de Prevenção de Crimes Financeiros (FCC, na sigla para <i>Financial Crime Compliance</i>). Liste todas as filiais que atuam como entidades respondentes, incluindo nome completo e país de localização. Se o modelo de negócios for o mesmo ou substancialmente semelhante em cada país onde sua Entidade possui filiais, um CBDDQ será suficiente para todas. Caso contrário, quaisquer diferenças devem ser anotadas, explicando quais são.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Todas as respostas devem ser fornecidas no nível da Pessoa Jurídica, ou seja, o questionário deve ser respondido abrangendo todas as filiais, mas não deve abranger subsidiárias. Se uma resposta for diferente para uma de suas filiais, isso precisa ser destacado e os detalhes explicando a diferença adicionados no final de cada subseção. Embora os requisitos regulamentares e legais variem entre as jurisdições, geralmente existem requisitos para demonstrar que a identificação/verificação, a devida diligência e a devida diligência aprimorada (EDD, na sigla para <i>Enhanced Due Diligence</i>), quando aplicável, estão sendo aplicadas à entidade jurídica correta. Se qualquer atividade comercial das filiais (produtos oferecidos, base de clientes, etc.) ou programa de controle de Prevenção à Crimes Financeiros for significativamente diferente de sua sede, um questionário separado deve ser preenchido para essa filial.</p>
Pergunta 3	Endereço Legal (Registrado) Completo	<p>Orientação</p> <p>O endereço legal (registrado) completo das pessoas jurídicas deve ser fornecido, também conhecido como endereço de constituição.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Diferentes jurisdições apresentam níveis diferentes de risco potencial de Crime Financeiro (FC, na sigla para <i>Financial Crime</i>), daí a importância de compreender os riscos geográficos colocados pela localização do(s) endereço(s) comercial(is) registrado(s) e primário(s). Considere se a jurisdição tem alguma vulnerabilidade de crime financeiro e como os controles foram implementados para resolvê-los. O risco da jurisdição em que a Entidade está localizada também tem influência sobre os riscos da atividade bancária nessa jurisdição. Para obter mais informações, consulte as Avaliações Mútuas do GAFI sobre jurisdições que apresentam pontos fracos de crimes financeiros e as Perguntas Frequentes (FAQs) sobre Risco de País do Wolfsberg Group.</p>

Pergunta 4	Endereço Comercial Principal Completo (se diferente do acima)	<p>Orientação Endereço Comercial Principal Completo é o endereço onde sua Entidade está localizada principalmente fisicamente (semelhante ao endereço comercial principal ou endereço de residência).</p>
Pergunta 5	Data de constituição/estabelecimento da Entidade	<p>Orientação Forneça a data de constituição da sua Entidade. Se a data completa não estiver disponível, forneça o ano e explique por que a data completa não está disponível.</p>
		<p>Pontos para Consideração Tal como acontece com outros tipos de pessoas jurídicas, o período de tempo em que a pessoa jurídica existe pode ter relação com o risco. É provável que as entidades que existem há mais tempo tenham uma pegada pública maior e um histórico mais longo, permitindo que o Correspondente obtenha mais informações e conduza uma análise de risco mais completa. Se sua Entidade foi estabelecida recentemente, considere como ela pode demonstrar ao Correspondente que possui o conhecimento necessário de sua base de clientes e dos riscos, de modo que os controles sejam implementados de maneira eficaz.</p>
Pergunta 6	Selecione o tipo de propriedade e anexe um organograma societário, se disponível	<p>Orientação Você deve fornecer o tipo de propriedade da sua Entidade. As estruturas de propriedade mais comumente encontradas estão incluídas nas opções. Se a estrutura de propriedade da sua Entidade não estiver representada nas opções, forneça as informações relevantes na Pergunta 18 para que o Correspondente possa entender a configuração.</p>
		<p>Pontos para Consideração Diferentes tipos de estruturas de propriedade podem apresentar diferentes riscos de crimes financeiros. Considere se a estrutura de propriedade da Entidade apresenta riscos relacionados a lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, sanções, suborno e corrupção, evasão fiscal, fraude e/ou foi objeto de mídia adversa e quais etapas, informações adicionais ou controles adicionais podem apoiar a avaliação do Correspondente sobre a organização da sua Entidade. É importante que o Correspondente entenda sua estrutura corporativa para avaliar o risco. Por esta razão, o máximo de detalhes relevantes possível descrevendo a estrutura de propriedade é desejável. Algumas jurisdições tornam a determinação da propriedade (especialmente de capital aberto versus de capital fechado) parte de seus requisitos regulatórios de devida diligência. De um modo geral, mais transparência está ligada a menos risco, enquanto estruturas de propriedade obscuras apresentariam maior risco.</p>
Pergunta 6 a	Empresa de capital aberto (25% das ações negociadas de forma aberta)	<p>Orientação Uma Entidade é de capital aberto se 25% ou mais de suas ações ordinárias ou ações mais comuns estiverem listadas em uma bolsa de valores.</p>
Pergunta 6 a1	Se Sim, indique a bolsa onde são negociadas e o símbolo ticker	<p>Orientação Forneça os nomes completos de todas as bolsas de valores onde as ações ordinárias/ações mais comuns da sua Entidade estão listadas, juntamente com o identificador (ID) exclusivo usado por cada bolsa de valores para identificar o título.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Diferentes bolsas terão requisitos diferentes para relatórios e transparência. A jurisdição dessas bolsas desempenha um grande papel em saber se elas têm normas e padrões altos e mais rigorosos ou requisitos menores. A qualidade da supervisão exercida pela bolsa de valores pode ser vista como um mitigador de risco.</p>
Pergunta 6 b	De Propriedade dos Membros/Mútua	<p>Orientação</p> <p>As sociedades mútuas são organizações de propriedade de seus membros e gerenciadas para seu benefício, como sociedades de construção, sociedades amigas, cooperativas de crédito, sociedades registradas (incluindo sociedades cooperativas, sociedades industriais e de previdência, sociedades de benefício comunitário, que são entidades legais registradas e possuem responsabilidade limitada).</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>A propriedade dispersa de uma Entidade pode levar a um menor risco, reduzindo as chances de um pequeno número de indivíduos ter controle substancial da Entidade. A compreensão do quadro associativo será um fator importante na avaliação de risco realizada pelo Correspondente.</p>
Pergunta 6 c	De propriedade do Governo ou do Estado em 25% ou mais	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A avaliação do Correspondente sobre o compromisso jurisdicional com o Prevenção à Crimes Financeiros e leis, regras e regulamentos relacionados afetará a forma como ele vê a propriedade do governo. A maneira pela qual o governo exerce controle sobre uma organização também pode ser uma consideração, por exemplo, se o governo detém apenas a propriedade ou tem cargos gerenciais/executivos dentro da organização. Os tipos de serviços oferecidos pela sua Entidade podem ser apresentados como um potencial mitigador, quando/se essas entidades abrirem uma conta bancária correspondente para transações em nome de um governo/órgão estatal/agência estatal, em oposição a transações comerciais para clientes terceiros (ou seja, Bancos Centrais, tesouros vs pagamentos comerciais).</p>
Pergunta 6 d	Propriedade Privada	<p>Orientação</p> <p>Se um dos tipos anteriores de propriedade não se aplicar (conforme observado nas Perguntas 6 a, b ou c), selecione propriedade privada.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Entidades de propriedade privada podem apresentar risco adicional devido a um potencial falta de transparência. Algumas jurisdições exigirão a verificação de partes com propriedade e controle significativos. É importante que o Correspondente compreenda e tenha transparência em relação à estrutura de propriedade e aos indivíduos com propriedade e controle significativos de sua Entidade.</p>
Pergunta 6 d1	Se Sim, forneça detalhes dos acionistas ou Proprietários Beneficiários Finais (UBOs, na sigla para <i>Ultimate Beneficial</i>	<p>Orientação</p> <p>Forneça os acionistas imediatos e finais (pessoas jurídicas e pessoas físicas) ou UBOs, incluindo nomes completos e porcentagem de propriedade.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Acionistas e UBOs podem ter influência direta sobre a operação e o programa de controle de crimes financeiros de uma Entidade e, portanto, é necessário que o Correspondente entenda quem são essas partes e identifique informações relevantes sobre elas. Os UBOs podem representar diferentes níveis de risco de acordo com quem são, por exemplo, se essas partes são Pessoas Politicamente Expostas (PEPs, na sigla para <i>Politically Exposed Persons</i>). Embora isso possa não ser um risco adverso, o Correspondente pode precisar obter informações adicionais para avaliar o risco com precisão. Consulte a Orientação do Wolfsberg sobre PEPs. Os UBOs que individualmente não detêm 10% ou mais, mas quando agregados detêm 10% ou mais (membros da família, parceiros de negócios, etc.) devem ser divulgados. Deve ser fornecida documentação legal para verificar as informações de propriedade e os beneficiários de fundos fiduciários e outros arranjos legais. Lembre-se de fornecer as informações necessárias com integridade e precisão.</p> <p>Para entender melhor os riscos associados à Propriedade Beneficiária, consulte a Orientação do GAFI sobre Transparência e Propriedade Beneficiária.</p>
Pergunta 7	% do total de ações da Entidade composta por ações ao portador	<p>Orientação</p> <p>Algum certificado de ações da sua Entidade é emitido ao portador? Em outras palavras, a propriedade é representada pela posse de certificados físicos emitidos ao "portador"?</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>As pessoas jurídicas que emitiram ações de propriedade no formato ao portador apresentarão um risco maior, pois a propriedade pertencerá a quem estiver detendo fisicamente os certificados de ações. As pessoas jurídicas com ações ao portador podem mudar a propriedade legal com bastante facilidade, com controles mínimos ou nenhum. Uma parte crucial dos controles de crimes financeiros do Correspondente é baseada em conhecer o cliente, saber com quem o banco está fazendo negócios. Quando uma Entidade é constituída com uma elevada percentagem da sua participação em ações ao portador, isso pode não ser possível, uma vez que o(s) UBO(s) pode(m) mudar de um dia para o outro. Portanto, se a Entidade tiver acionistas ao portador que façam parte da estrutura acionária, considere quais controles estão em vigor que podem trazer conforto adicional ao Correspondente, como ter as ações ao portador sob custódia junto a um prestador de serviços financeiros regulamentado. Considere que o Correspondente precisará entender a propriedade atual, especialmente se o Correspondente estiver em uma jurisdição que exija devida diligência específica sobre UBOs. Nem todas as jurisdições permitem a criação de entidades com a capacidade de emitir ações ao portador. Além disso, embora uma Entidade possa não ter atualmente ações ao portador emitidas, se a estrutura legal/documentos de formação permitirem a emissão de ações ao portador, isso pode precisar ser explicado ao Correspondente.</p>
Pergunta 8	A Entidade, ou qualquer uma de suas filiais, opera sob uma Licença Bancária Offshore (OBL na sigla para <i>Offshore Banking License</i>)?	<p>Orientação</p> <p>Uma OBL significa uma licença para conduzir atividades bancárias que, como condição da licença, proíbe a Entidade licenciada de servir os cidadãos, ou usar a moeda local, do país que emitiu a licença.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Um banco ou agência bancária com uma OBL é impedido ou restringido de fazer negócios com os cidadãos do país que emitiu sua licença e também é menos provável que receba um nível tão próximo de escrutínio dos órgãos reguladores do país que emitiu sua OBL. Além disso, em certas jurisdições, o processo para obter uma OBL é menos rigoroso do que o processo para uma licença regular. Um banco com uma OBL, por definição, terá a maioria de seus clientes sendo de fora de sua jurisdição de licenciamento, o que lhe dará um perfil de risco diferente do local. A combinação de regulamentação mais leve, supervisão menos frequente e uma base de clientes offshore introduz uma variedade de elementos de risco adicionais que precisam ser avaliados minuciosamente. Observe que um banco que faz parte de um grupo financeiro maior pode ter alguns de seus locais operando sob OBLs e estes podem representar um nível mais baixo de risco do que bancos autônomos com uma OBL. Se a Entidade for um banco autônomo com uma licença offshore, ela precisará fornecer informações abrangentes de devida diligência ao Correspondente. Se a sua Entidade estiver afiliada a um grande grupo bancário que esteja sujeito a supervisão regulatória abrangente, será necessário descrever essa supervisão. Considere como os controles podem ser demonstrados em relação às filiais que operam sob uma OBL, incluindo como eles são relevantes para os riscos adicionais específicos que a jurisdição pode representar.</p>
Pergunta 8a	Se S, forneça o nome da(s) filial(is) relevante(s) que opera(m) sob uma OBL	<p>Orientação</p> <p>Inclua quaisquer filiais ou entidades que operem sob uma OBL e país de registro e endereço principal.</p>
Pergunta 9	O Banco possui Licença Bancária Virtual ou presta serviços apenas através de Canais online?	<p>Orientação</p> <p>Uma licença bancária virtual significa uma licença para realizar atividades bancárias sem quaisquer instalações físicas. Oferecer serviços bancários através de canais online permite que os clientes realizem transações bancárias sem entrar em uma instalação física.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>O maior risco inerente às instituições bancárias virtuais e aos serviços bancários online reside no potencial anonimato das partes que realizam as transações. Portanto, é importante demonstrar que a Entidade implementou controles apropriados, incluindo a Devida Diligência do Cliente (CDD, na sigla para <i>Customer Due Diligence</i>), manutenção de registros, monitoramento e relatórios.</p>
Pergunta 10	Nome do principal órgão regulador financeiro/autoridade de supervisão	<p>Orientação</p> <p>Indique o órgão regulador com responsabilidade principal pela supervisão de prevenção à crimes financeiros.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Se houver mais de um órgão regulador principal, forneça todos os nomes, pois isso fornecerá informações relevantes ao Correspondente para avaliar a supervisão à qual a Entidade está sujeita.</p>

Pergunta 11	Forneça o Identificador de Pessoa Jurídica (LEI, <i>Legal Entity Identifier</i>), se disponível	<p>Orientação Um LEI é um identificador alfanumérico de 20 caracteres que identifica entidades jurídicas distintas que se envolvem em transações financeiras. Ele é definido pela Organização Internacional de Normalização (ISO, na sigla para <i>International Organization for Standardization</i>) 17442.</p>
Pergunta 12	Forneça a razão social completa da controladora final (se diferente da Entidade que preenche o DDQ)	<p>Orientação Informe o nome completo da pessoa física ou jurídica que detém/controla o poder de voto majoritário sobre a Entidade.</p>
Pergunta 13	Jurisdição da autoridade de licenciamento e do órgão regulador da entidade controladora	<p>Orientação Se aplicável, forneça o país em que o principal órgão regulador financeiro/autoridade de supervisão da entidade controladora está estabelecido.</p>
		<p>Pontos para Consideração A eficácia percebida da jurisdição da entidade controladora pode afetar a forma como o Correspondente avalia o risco. Consulte as Avaliações Nacionais de Risco ou os Relatórios de Avaliação Mútua do GAFI sobre jurisdições que apresentam deficiências de prevenção à crimes financeiros e, quando relevante, recomendações/itens de plano de ação subsequentes.</p>
Pergunta 14	Selecione as áreas de negócio aplicáveis à Entidade	<p>Orientação Esta seção refere-se às áreas de negócios oferecidas pela sua Entidade como Respondente. Selecione todas as opções aplicáveis:</p>
		<p>Pontos para Consideração Quanto mais complexos forem os negócios da sua Entidade, mais específicos, personalizados e robustos serão os controles esperados. Considere onde as atividades podem representar riscos mais altos e como seus controles existentes são capazes de mitigá-los. Diferentes tipos de serviços comerciais prestados trarão diferentes riscos de crimes financeiros associados à atividade e exigirão controles específicos para cada tipo de atividade e produto.</p>
Pergunta 14 k	Outro (explique)	<p>Orientação Especifique quaisquer outros serviços que não tenham sido cobertos nas Questões 14 a-j acima ou forneça quaisquer esclarecimentos que possam ser necessários.</p>
		<p>Pontos para Consideração Considere os riscos potenciais de crimes financeiros que os outros tipos de atividades podem representar e esteja preparado para discutir e demonstrar os controles da sua Entidade em vigor para mitigar esses riscos.</p>

Pergunta 15	A Entidade tem um portfólio de investimentos significativo (10% ou mais) de clientes não residentes ou obtém mais de 10% da sua receita de clientes não residentes? (Não residente significa clientes residentes principalmente em uma jurisdição diferente do local onde os serviços bancários são prestados)	<p>Orientação</p> <p>Indique se a sua Entidade tem clientes não residentes cuja receita combinada representa 10% ou mais da receita total ou se o número de clientes não residentes é 10% ou mais da base total de clientes.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Em geral, a realização de devida diligência em clientes residentes em outras jurisdições é mais trabalhosa e complexa do que em entidades locais, pois pode representar riscos adicionais. Uma base significativa de clientes não residentes pode apresentar riscos se não existirem controles e processos apropriados. Certifique-se de que o Correspondente esteja ciente da natureza dessa base de clientes e de quaisquer características particulares de sua atividade. Entidades que têm uma parcela significativa de seus clientes ou receitas de clientes não residentes podem apresentar maior risco. Será importante que o Correspondente entenda por que um grande número de clientes ou receitas não são residentes e atinja um nível suficiente de conforto de que os controles em vigor são proporcionais para mitigar os riscos.</p>
Pergunta 15 a	Se Sim, forneça os cinco principais países onde os clientes não residentes estão localizados.	<p>Orientação</p> <p>Liste os cinco principais países onde os clientes não residentes estão localizados.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Com base no nível percebido de implementação efetiva das normas internacionais, certas jurisdições apresentarão riscos mais altos do ponto de vista do risco de crimes financeiros. O Correspondente pode ter políticas internas ou declarações de apetência pelo risco relacionadas a determinados países e, antes de fornecer serviços de correspondente bancário, precisaria garantir que sua base de clientes esteja alinhada com suas políticas e apetência pelo risco.</p>
Pergunta 16 a	Número de funcionários	<p>Orientação</p> <p>Inclua o número de funcionários em tempo integral da Entidade e de quaisquer filiais aplicáveis. A Entidade deve procurar incluir o número mais recente disponível.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O número de funcionários fornece uma visão do tamanho e da escala da Entidade como um elemento da avaliação de risco do Correspondente.</p>
Pergunta 16 b	Total de Ativos	<p>Orientação</p> <p>Forneça o Total de Ativos de acordo com o último balanço patrimonial auditado da Entidade, incluindo quaisquer filiais aplicáveis. A Entidade deve procurar incluir o valor mais recente disponível.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O total de ativos fornece uma visão do tamanho dos negócios da Entidade como um elemento da avaliação de risco do Correspondente.</p>

2. Produtos & Serviços		
Pergunta 19	A Entidade oferece os seguintes produtos e serviços:	<p>Orientação</p> <p>Para cada um dos produtos e serviços mencionados abaixo, indique se a sua Entidade oferece esses produtos e serviços diretamente aos seus clientes. Não inclua produtos ou serviços em que a Entidade atue apenas como Introdutor ou Intermediário.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os produtos nesta seção são os que são geralmente identificados e reconhecidos como apresentando maiores riscos de crimes financeiros. Se a sua Entidade oferece esses produtos aos seus clientes, isso é relevante para o Correspondente na determinação do risco que a relação pode representar. A extensão e a eficácia dos controles que estão em vigor para mitigar os riscos dessas atividades serão cruciais, portanto, seja franco com informações adicionais ao ter uma discussão bilateral. O alto risco não implica necessariamente um elemento preocupante, mas significa que a Entidade deve ter controles adequados em vigor para mitigar os riscos que os produtos e serviços podem representar.</p>
Pergunta 19 a	Banco Correspondente	<p>Orientação</p> <p>Se a Entidade responder 'NÃO', o Questionário permanece relevante, uma vez que a Entidade pode estar obtendo serviços de banco correspondente como Respondente, em vez de fornecer serviços de banco correspondente a outras Instituições Financeiras (FIs, na sigla para <i>Financial Institutions</i>). Vá para a Pergunta 19 b em diante. Para mais informações sobre serviços de Banco Correspondente, consulte a definição no Glossário do CBDDQ e os Princípios para Bancos Correspondentes do Wolfsberg. O Wolfsberg Group está ciente de que existem diferentes definições de Banco Correspondente. O objetivo do CBDDQ é fornecer um conjunto consistente de perguntas a serem usadas durante a devida diligência do Banco Correspondente e Avaliações de Risco para identificar potenciais riscos de crimes financeiros. Em caso de dúvida, o Wolfsberg Group recomenda o uso do CBDDQ.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Quando os serviços de banco correspondente são prestados a um Respondente, ele abre o Correspondente a uma série de riscos, uma vez que os serviços prestados incluem o fluxo de fundos de outra Instituição Financeira através das contas do Correspondente. O banco correspondente transfronteiriço tem riscos como: risco jurisdicional (que o Correspondente e seus clientes Respondentes estão sujeitos a diferentes requisitos regulatórios), risco de transparência (devido ao número adicional de partes) e risco potencial a jusante (<i>downstream</i>) ou aninhado (<i>nested</i>), entre outros. Consulte a Pergunta 19 a1b abaixo para obter mais detalhes sobre jusante/aninhamento na Entidade Correspondente Bancária.</p>

Pergunta 19 a1a	A Entidade oferece serviços de Banco Correspondente a bancos nacionais?	<p>Orientação Indique se a sua Entidade presta serviços de banco correspondente a bancos localizados na mesma jurisdição que a Entidade.</p> <p>Pontos para Consideração O risco do fluxo de atividades da sua Entidade para o Banco Correspondente deve ser mitigado e gerenciado pelos seus controles. Se a sua Entidade fornecer serviços de Banco Correspondente a outras Instituições Financeiras, e essa atividade flui através da conta do Correspondente, o risco de tal atividade é inicialmente gerenciado pelos controles de clientes da Instituição Financeira Respondente e depois por você. Uma vez que a devida diligência do Banco Correspondente foi realizada em você, em vez de no cliente da Instituição Financeira subjacente (Conheça o seu Cliente (KYC, na sigla para <i>Know Your Customer</i>) em vez de Conheça o Cliente do seu Cliente (KYCC, na sigla para <i>Know Your Customer's Customer</i>)), é importante que o Banco Correspondente entenda se a atividade que flui através da conta é sua, da(s) suas Instituições Financeiras cliente(s) ou do cliente da sua Instituição Financeira cliente.</p>
Pergunta 19 a1b	A Entidade permite que os clientes bancários nacionais forneçam serviços de downstream FI (relacionamentos a jusante)?	<p>Orientação Quando você presta serviços de banco correspondente a Instituições Financeiras, você permite que essas Instituições Financeiras prestem serviços de banco correspondente a outras Instituições Financeiras e que estes fluam através da Entidade? Uma relação de correspondente a jusante (muitas vezes referida como "aninhada" – <i>nested relationships</i>) ocorre quando um Banco Respondente recebe serviços de Banco Correspondente de um Correspondente e ele próprio fornece serviços de Banco Correspondente a outras Instituições Financeiras na conta que mantém com seu Correspondente.</p> <p>Pontos para Consideração Se a sua Entidade oferece serviços de correspondente bancário a FI clientes nacionais, você permite que essas FIs ofereçam serviços de correspondente bancário por conta própria? Em caso afirmativo, você deve estar preparado para discutir controles adicionais em vigor para estas atividades. O risco nestas atividades é que o Correspondente esteja pelo menos um passo mais afastado da organização sobre a qual conduziu a devida diligência, a parte transacionadora, e isso pode aumentar o risco da atividade, devido à falta de visibilidade das partes envolvidas e dos riscos potenciais associados a elas. Considere essa exposição ao prestar esse serviço e deixe claro para o Correspondente quando solicitado.</p>
Pergunta 19 a1c	A Entidade possui processos e procedimentos em vigor para identificar relacionamentos do tipo downstream FC (relacionamento a jusante com bancos nacionais)?	<p>Pontos para Consideração O risco associado às relações a jusante (relacionamentos do tipo <i>downstream</i>) é que o Banco Correspondente seja ainda mais afastado do relacionamento com o cliente subjacente. Em termos de atividades a jusante, o Correspondente é ainda dependente dos controles do banco a jusante. Nesta e em outras áreas de risco, se os controles adequados não estiverem em vigor, pode haver uma atividade de risco mais alto fluindo pelas contas do que o inicialmente esperado. Isso representa potenciais riscos adicionais de crimes financeiros tanto para você quanto para o Correspondente. Quando a atividade de maior risco está ocorrendo sem ter sido identificada, o ambiente de controle pode não ser tão robusto quanto necessário.</p>

Pergunta 19 a1d	A Entidade oferece serviços de Banco Correspondente a bancos estrangeiros?	<p>Indique se a sua Entidade presta serviços de banco correspondente a bancos fora da jurisdição da Entidade.</p> <p>Pontos para Consideração Este é um tipo de atividade semelhante ao estabelecido na Pergunta 19 a1a. Se seus clientes estiverem localizados em jurisdições diferentes, eles podem não estar sujeitos aos mesmos requisitos regulamentares que você e, portanto, podem representar um nível de risco diferente. Além disso, o banco correspondente transfronteiriço introduz risco jurisdicional (que os clientes do Banco Estrangeiro estão sujeitos a requisitos regulatórios diferentes do que o Respondente), risco de transparência (devido ao número adicional de partes) e potencial risco a jusante/aninhado para o Correspondente. Além disso, uma jurisdição diferente pode ter diferentes práticas comerciais e representar diferentes riscos de crimes financeiros.</p>
Pergunta 19 a1e	A Entidade permite relações de downstream FI (relações a jusante) com bancos estrangeiros?	<p>Pontos para Consideração Conforme mencionado na Pergunta 19 a1b, o risco nestas atividades é que o Correspondente esteja pelo menos um passo mais afastado da organização sobre a qual conduziu a devida diligência, a parte transacionadora, e isso pode aumentar o risco da atividade, devido à falta de visibilidade das partes envolvidas e dos riscos potenciais associados a elas. Além disso, quando a atividade é realizada com bancos estrangeiros, eles podem estar sujeitos a um ambiente regulatório diferente, que pode ser menos robusto do que o da Respondente e também pode ter práticas comerciais diferentes em sua jurisdição. Considere essa exposição ao prestar esse serviço e deixe claro para o Correspondente quando solicitado.</p>
Pergunta 19 a1f	A Entidade possui processos e procedimentos em vigor para identificar relacionamentos do tipo downstream FI (a jusante) com bancos estrangeiros?	<p>Pontos para Consideração Conforme mencionado na Pergunta 19 a1c, o risco associado às relações a jusante é que o Banco Correspondente seja ainda mais afastado do relacionamento com o cliente subjacente. Em casos de atividade a jusante, um banco é ainda dependente dos controles do banco a jusante. Quando o cliente do Respondente estiver sediado em outra jurisdição, a exposição ao risco do Banco Correspondente pode mudar, devido a possíveis requisitos regulatórios mais brandos e diferentes práticas comerciais. A falta de processos para identificar e gerenciar esse tipo de relação geraria um nível de risco desconhecido, que a maioria dos Bancos Correspondentes não seria capaz de aceitar.</p> <p>A atividade a jusante também levanta a questão do "porquê" e deve haver uma explicação razoável do porquê de tais relações existirem. Há uma série de razões para tal atividade, tais como que a Instituição Financeira cliente do Respondente é muito pequena ou tem níveis muito baixos de atividade para justificar uma relação direta. No entanto, o Correspondente precisará fazer sua própria avaliação do ambiente de controle para gerenciar as atividades a jusante. Certifique-se de que as respostas demonstrem processos eficazes para identificar e gerenciar tais relações, durante a vigência da relação.</p>

Pergunta 19 a1g	A Entidade oferece serviços de Banco Correspondente a Empresas de Serviços Monetários (MSBs, na sigla para <i>Money Services Businesses</i>)/Serviços de Transferência de Dinheiro ou de Valores (MVTS, <i>Money or Value Transfer Services</i>) regulamentados?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As Empresas de Serviços Monetários (MSBs) e os Serviços de Transferência de Dinheiro ou de Valores (MVTS) atuam como intermediários entre seus clientes/contrapartes, como os transacionadores subjacentes, e o Respondente. MSBs e MVTS podem estar sujeitos a diferentes requisitos regulatórios e, portanto, podem representar um nível de risco diferente do que o Respondente. É importante que você, como Respondente, entenda a adequação do ambiente de controle dos MSBs/MVTS, incluindo o nível de transparência do pagamento antes que a atividade seja encaminhada ao Correspondente. Que medidas foram tomadas para abranger os programas de Prevenção à Crimes Financeiros dos clientes MSB/MVTS? Como você garante que você (e seu Correspondente) tenham compreensão e visibilidade adequadas dos nomes dos originadores e beneficiários das instruções de pagamento? Forneça detalhes sobre as medidas tomadas para obter conforto na prestação de serviços a essas entidades, como controles adicionais, treinamentos e monitoramento.</p>
Pergunta 19 a1h	A Entidade permite relacionamentos de downstream FI (a jusante) com MSBs, MVTSs ou Prestador de Serviços de Pagamento (PSPs, <i>Payment Service Provider</i>)?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Este é um tipo de atividade semelhante ao estabelecido nas Perguntas 19 a1a e 19 a1b. Considere o risco que os clientes MSB/MVTS/PSP representam quando têm clientes MSB/MVTS/PSP e como os controles apropriados foram implementados para gerenciar o risco. Os controles devem incluir uma avaliação dos controles de MSB/MVTS/PSP para avaliar o risco do cliente a jusante e seu ambiente regulatório. O mesmo risco que sua Entidade teve que entender e gerenciar, passará a fazer parte dos riscos aos quais o Correspondente estará exposto. O risco do fluxo de atividades dos clientes MSBs/MVTS/PSP para o Banco Correspondente deve ser mitigado e gerenciado por seus controles.</p>
Pergunta 19 a1i	A Entidade possui processos e procedimentos em vigor para identificar relacionamentos a jusante com MSBs/MVTSs/PSPs?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Conforme mencionado na Pergunta 19 a1f, a falta de processos para identificar e gerenciar esse tipo de relação geraria um nível de risco desconhecido, que a maioria dos Bancos Correspondentes não seria capaz de aceitar. MSBs e MVTSs representam risco adicional para o Correspondente e podem ser muito arriscados para alguns. Certifique-se de que pode demonstrar processos eficazes para identificar e gerir essas relações, de forma sustentável. Uma divulgação antecipada e clara de tais relações ajudará o Correspondente a entender os negócios de sua Entidade, incluindo a justificativa para o uso de contas de Correspondente para relações com MSB/MVTS.</p>

Pergunta 19 b	Entrega Transfronteiriça de Dinheiro em Massa (Cross border bulk cash delivery)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Quando a atividade criminosa gera grandes quantidades de dinheiro físico, os criminosos precisam encontrar maneiras de colocar esse dinheiro no sistema bancário. Os bancos que fornecem serviços de dinheiro em massa (especialmente ao comprar dinheiro) precisam entender a fonte desse dinheiro para garantir que ele não resulte de produtos do crime (por exemplo, venda de drogas ou contrabando). Se o Respondente oferecer serviços de dinheiro em massa transfronteiriços e parte ou toda a atividade de liquidação fluir através do Correspondente, o Correspondente poderá solicitar uma descrição dos controles em torno destes negócios e exigir uma explicação da justificativa para transações específicas.</p>
Pergunta 19c	Remessas Transfronteiriças (Cross Border Remittances)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As remessas transfronteiriças podem ser usadas para fins legítimos e ilegítimos. Como os volumes internacionais são muito grandes, pode ser difícil identificar os fluxos "bons" dos "ruins". Assim, é importante entender e, quando solicitado pelo Correspondente, ser capaz de fornecer a justificativa para uma atividade específica e os controles apropriados em vigor. Compreender a finalidade do pagamento, a capacidade de verificar a origem dos fundos, cenários de monitoramento apropriados são exemplos de controles que ajudariam o Correspondente a entender a natureza dos riscos associados às atividades transfronteiriças.</p>
Pergunta 19 d	Entrega Doméstica de Dinheiro em Massa (Domestic Bulk Cash Delivery)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Riscos semelhantes à atividade de dinheiro transfronteiriço, deve-se prestar atenção ao local onde o dinheiro do país está sendo gerado/usado e por quê.</p>
Pergunta 19 e	Retenção de correio (Hold Mail)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Se um cliente pedir que o banco guarde suas cartas em vez de enviá-las para ele da maneira normal, isso pode limitar a capacidade do banco de entrar em contato com esse cliente. Isso também levanta questões sobre por que esse tratamento especial é necessário. Pode ser uma indicação de um desejo de limitar a transparência e contornar os controles existentes.</p>
Pergunta 19 f	Cash Letter Internacional	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Uma Cash Letter permite que um respondente envie cheques em massa ao seu Correspondente para compensação. À medida que os controles em torno das transferências bancárias aumentaram constantemente, a compensação em massa de cheques físicos continua a representar riscos devido, em parte, aos processos inerentemente manuais e às dificuldades em identificar o depositante dos cheques e monitorar a atividade de forma eficaz. No caso de bancos correspondentes, não é possível que o banco que realiza a compensação conheça todos os clientes depositários do banco correspondente que possam apresentar um cheque para depósito. Alguns sinais de alerta relacionados a itens de Cash letter foram vistos juntos com linhas de beneficiário em branco, cheques com selos ou códigos indicando possível uso por terceiros, vários cheques de números sequenciais para o mesmo beneficiário e em valores repetitivos.</p>

Pergunta 19 g	Valores Mobiliários de Baixo Preço	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Valores Mobiliários de Baixo Preço (normalmente menos de cinco dólares por ação e muitas vezes referidos como "penny stocks") tendem a experimentar maior volatilidade de preços do que outros valores mobiliários e foram explorados por criminosos em esquemas de “bombeamento e despejo” (<i>pump and dump</i>) para aumentar o preço do valor mobiliário, exagerando seu potencial e, em seguida, vendendo a um preço mais alto, deixando os investidores com perdas. Os bancos que prestam serviços de compensação e custódia de valores mobiliários precisam estar atentos aos riscos representados pelo aumento da negociação desses valores mobiliários para garantir que não estejam movimentando involuntariamente dinheiro relacionado a fraudes de valores mobiliários.</p>
Pergunta 19 h	Contas de Transferência (<i>Payable Through Accounts</i>)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Uma conta de transferência envolve um Banco Respondente abrindo uma conta com um Correspondente, em seguida, fornecendo aos seus clientes talões de cheques ou outros meios de sacar diretamente na conta do Respondente com o Correspondente. O risco é que o Respondente esteja permitindo ao seu cliente acesso direto à sua conta com o Correspondente, um acordo que é menos transparente e impõe risco elevado. Esse risco elevado é resultado do Respondente não ter supervisão direta das transações e representa risco para o Correspondente, que faz total transparência sobre o verdadeiro originador. Este acesso direto difere da atividade a jusante, onde o Respondente está encaminhando a transação para o Correspondente. Para mais informações, consulte a Recomendação 13 do GAFI.</p>
Pergunta 19 i	Serviços de pagamento a entidades não bancárias que podem então oferecer serviços de pagamento de terceiros aos seus clientes?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A prestação de serviços de pagamento a entidades não bancárias, como as listadas nas Perguntas 19 i2-i4, pode apresentar riscos adicionais, especialmente se atuarem como intermediários em nome de seus clientes subjacentes. É importante que você, como Respondente, entenda a adequação do ambiente de controle das entidades, incluindo o nível de transparência de pagamento antes que a atividade seja encaminhada para o Correspondente.</p>
Pergunta 19 j	Private Banking	<p>Pontos para Consideração</p> <p>O private banking é geralmente visto como apresentando níveis potencialmente mais altos de riscos de crimes financeiros devido ao maior valor das transações realizadas em nome de indivíduos e ao potencial de tal capital ou fundos transacionais terem sido obtidos por meios ilícitos. Considere os controles que você tem em vigor para entender e monitorar a origem dos fundos e o capital dos clientes do Private Banking, incluindo controles apropriados e eficazes para mitigar os riscos dessa atividade. Especifique se a base de clientes é exclusivamente nacional (na mesma jurisdição que a filial que oferece o serviço) ou se a base de clientes está fora dessa jurisdição. Para obter mais informações, consulte os Princípios do Wolfsberg de AML para Private Banking.</p>

Pergunta 19 k	Captura Remota de Depósitos (RDC, na sigla para <i>Remote Deposit Capture</i>)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Ao contrário do depósito físico de cheques, a RDC permite o depósito de imagens através de um scanner que é fornecido para o cliente. Sem controles apropriados sobre a localização do scanner, é possível que os depósitos sejam feitos a partir de locais que não sejam os escritórios do cliente e por outras partes que não o cliente. Além disso, o uso da RDC impede a identificação de sinais de alerta físicos, como instrumentos visivelmente alterados ou contaminados com substâncias criminosas. A RDC transfronteiriça representa um risco maior do que a atividade puramente doméstica.</p>
Pergunta 19 l	Caixas Eletrônicos (ATM) Privados	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os caixas eletrônicos que não estão conectados à rede de um banco representam riscos potenciais de crimes financeiros, na medida em que podem ser usados para recircular o caixa gerado por atividades ilícitas. Controles apropriados devem estar em vigor para entender a origem e o uso do fluxo de dinheiro via caixas eletrônicos. Se tais produtos forem fornecidos e os fundos gerados a partir dessa atividade fluírem pela conta do Correspondente, isso aumentará o risco de crimes financeiros.</p>
Pergunta 19 m	Instrumentos de Valor Armazenado	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Há uma grande variedade de cartões/instrumentos de valor armazenado disponíveis, desde cartões/instrumentos de valor relativamente baixo que podem ser usados em apenas um estabelecimento comercial até aqueles que podem ser carregados ou recarregados em qualquer lugar, inclusive não necessariamente por meio de uma conta bancária. Tal atividade apresenta riscos aumentados de crimes financeiros para o Correspondente se a falta de rastreabilidade dos fundos abrir esse tipo de produto para possíveis atividades criminosas. As carteiras eletrônicas podem ser suscetíveis à Lavagem de Transações, evolução digital da lavagem de dinheiro, onde empresas não divulgadas usam credenciais de pagamento de comerciantes aprovados para processar pagamentos de produtos e serviços desconhecidos, normalmente ilícitos ou ilegais. A atividade pode não ser fácil de detectar devido à potencial complexidade na cadeia de pagamento.</p> <p>Instrumentos de valor armazenado em circuito fechado com valores de carga baixos podem representar um risco mínimo, enquanto cartões recarregáveis de marca de rede ou carteiras eletrônicas representam riscos mais elevados. Esteja preparado para explicar o tipo de instrumentos de valor armazenado suportados e os controles em vigor. Se os serviços forem fornecidos aos provedores de carteira eletrônica, esteja preparado para explicar como os controles relacionados à atividade e como a devida diligência sobre esses clientes aborda os riscos exclusivos apresentados. Para obter mais informações, consulte a Orientação do Wolfsberg sobre Cartões Pré-pagos e de Valor Armazenado.</p>

Pergunta 19 n	Trade Finance	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A Lavagem de Dinheiro Baseada no Comércio (TBML, na sigla para <i>Trade-Based Money Laundering</i>) é vista pelo GAFI e pelas autoridades reguladoras como representando maior risco para os bancos ao fornecer produtos de financiamento comercial. Controles apropriados devem estar em vigor para gerenciar tal atividade. O financiamento comercial documental é uma atividade desafiadora para monitorar do ponto de vista de Prevenção à Crimes Financeiros, pois muitos elementos das transações são baseados em papel. Considere controles em relação a este produto específico e explique ao Correspondente como tais riscos são tratados.</p> <p>Para obter mais informações, consulte os Princípios de Financiamento Comercial publicados pelo Wolfsberg Group, pela Câmara de Comércio Internacional (ICC, na sigla para <i>International Chamber of Commerce</i>) e pela Associação de Banqueiros para Finanças e Comércio (BAFT, na sigla para <i>Bankers Association for Finance and Trade</i>).</p>
Pergunta 19 o	Ativos Virtuais	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Este é um espaço em rápida evolução impulsionado por participantes bancários e não bancários. Uma instituição financeira envolvida como prestadora de serviços de ativos virtuais (como administradora, corretora, empresa de tecnologia, custodiante ou processadora de pagamentos) está exposta a riscos de crimes financeiros que se materializam, às vezes, de forma diferente dos produtos bancários mais tradicionais. Os participantes não bancários podem não estar sujeitos aos mesmos requisitos regulamentares que os bancos, o que pode aumentar os riscos de crimes financeiros. Os principais riscos associados às moedas virtuais ou cripto estão relacionados à identificação do cliente, transparência de pagamento (incluindo nomes pseudônimos) e rastreabilidade. Como este é um espaço com mudanças contínuas nos produtos, complexidade das tecnologias, apetência regulatória e do setor, ele potencialmente aumenta os riscos de crimes financeiros ainda mais, à medida que bancos e instituições financeiras tentam acompanhar as mudanças e o que é esperado delas. As jurisdições têm abordagens diferentes para esse tópico em evolução. Alguns apoiam e adotaram a tecnologia. Outros impuseram restrições e até proibiram o produto. Com isso em mente, se este produto for fornecido, o Correspondente precisará entender quais controles estão em vigor para garantir o compliance e a conformidade com os requisitos regulamentares, gerenciar o risco de crimes financeiros e garantir a transparência. O Correspondente desejará saber a natureza da atividade (ou seja, moeda virtual/cripto vs fiduciária), se a liquidação de tal atividade ocorre na conta com o Correspondente e entender os controles em vigor para mitigar riscos de crimes financeiros específicos associados a este produto. Para obter mais informações, consulte a Orientação do GAFI para uma Abordagem Baseada no Risco para Moedas Virtuais.</p>

Pergunta 19 p	Para cada um dos itens a seguir, indique se você oferece o serviço aos clientes ocasionais e, em caso afirmativo, o nível aplicável de devida diligência:	Pontos para Consideração Clientes “Ocasionais” (ou seja, alguém que entra na sua Entidade e pede para fazer uma transação sem estabelecer um relacionamento ou abrir uma conta) nem sempre estão sujeitos ao mesmo nível de devida diligência quando comparados aos clientes existentes, portanto, a atividade em seu nome pode não ter o mesmo nível de controles que o resto da base de clientes. A possibilidade de nenhuma ou pouca due diligence realizada em tais clientes é uma das principais fontes de risco de crimes financeiros, limitando a capacidade de monitorar, rastrear e entender esse tipo de atividade. Se forem oferecidos serviços para clientes “ocasionais”, considere os riscos inerentes a esses serviços e os controles em vigor para mitigá-los. Se solicitado pelo Correspondente, tais controles devem ser demonstrados de forma sustentável, incluindo a justificativa para a prestação deste serviço e a forma de como abordar os requisitos de compliance regulatório.
Pergunta 19 q	Outros produtos e serviços de alto risco identificados pela Entidade (especifique)	Pontos para Consideração Forneça detalhes de quaisquer outros produtos de maior risco que possam impactar o risco de atividades que fluem através do Correspondente.
3. Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro – “PLD” (AML, na sigla para <i>Anti-Money Laundering</i>), Combate ao Financiamento do Terrorismo – “CFT” (CTF, na sigla para <i>Counter-Terrorist Financing</i>) e Sanções		
Pergunta 22	A Entidade possui um programa que define padrões e normas mínimos para PLD, CFT e Sanções em relação aos seguintes componentes:	Pontos para Consideração Um programa de prevenção à crimes financeiros claramente definido e documentado é a pedra angular dos controles gerais de crimes financeiros para uma organização. O programa precisa ser documentado e incluir todos os elementos do programa, definindo claramente o escopo em termos de quais entidades organizacionais e unidades de negócios ele se aplica. Sem um programa de prevenção à crimes financeiros claramente definido e documentado, não será possível garantir que os controles e procedimentos associados sejam implementados ou que a equipe interna ou terceiros estejam cientes dos padrões e normas que se aplicam.
Pergunta 22 a	Diretor nomeado com experiência/conhecimento suficiente	Orientação "Experiência/conhecimento suficiente" do Diretor Nomeado é baseado nas expectativas regulatórias locais e nos padrões e normas do setor na jurisdição onde a Entidade está sediada. Considere o tipo de funções de compliance anteriormente realizadas e o período de tempo em que o indivíduo trabalhou no setor de serviços financeiros. Sua Entidade pode ter nomeado a mesma pessoa como Diretor de Prevenção à Crimes Financeiros e de Sanções ou ter uma pessoa para cada função.

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>É necessário nomear um funcionário identificado que tenha responsabilidade de nível sênior, alta experiência profissional e autonomia suficientes para gerenciar o programa de Prevenção à Crimes Financeiros. Sem um diretor nomeado, a responsabilidade pela gestão riscos de Crimes Financeiros pode se diluir. O nível adequado de especialização, proporcional à dimensão e complexidade dos negócios da sua Entidade, é essencial para um programa eficaz. O nível de experiência e conhecimento necessário deve refletir a escala, complexidade e risco de Crimes Financeiros e Sanções nos negócios da Instituição Financeira. O Correspondente poderá solicitar informações sobre as credenciais do diretor nomeado.</p>
Pergunta 22 b	Triagem (<i>Screening</i>) de Informações Adversas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Também conhecidas como “notícias negativas”, as informações adversas podem vir por meio de fontes públicas, conexões dentro da indústria, agências de aplicação da lei, entre outras, e são definidas como informações com potencial conotação negativa que podem impactar a visão sobre o cliente existente. O programa deve definir o que é considerado mídia adversa e estabelecer uma abordagem para revisá-la e a apetência pelo risco para lidar com informações negativas e a abordagem de governança para aprovação e tratamento de exceções. Documentar a identificação, investigação e decisão tomada são essenciais em termos de evidenciar a forma de lidar com as informações.</p>
Pergunta 22 c	Identificação da Cadeia Societária e Beneficiário Final (Propriedade Beneficiária)	<p>Orientação</p> <p>A propriedade beneficiária refere-se à estrutura de propriedade das pessoas jurídicas e o UBO é a(s) pessoa(s) física(s) (ou seja, uma ou mais pessoas físicas) que se beneficia(m) da pessoa jurídica.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>O programa deve definir os níveis de propriedade beneficiária direta e subjacente a serem identificados para diferentes tipos de clientes e níveis de risco. As empresas podem ser constituídas para ocultar a identidade do(s) proprietário(s) beneficiário(s) (ou seja, empresas de fachada, empresas de investimento privado e fundos fiduciários), mas, de forma mais ampla, é necessário compreender a propriedade das entidades jurídicas para compreender o risco que elas representam. Os fatores de risco potenciais incluem a localização geográfica do proprietário, PEP ou exposição a Sanções e considerações sobre a fonte do patrimônio. Para obter mais informações, consulte as Perguntas Frequentes do Wolfsberg sobre Fonte de Patrimônio e Fonte de Fundos.</p>
Pergunta 22 d	Comunicação automática de transações em espécie	<p>Orientação</p> <p>Indique se a sua Entidade está sujeita a requisitos de comunicação automática de transações em espécie. Utilize apenas a opção "não aplicável" se houver razões regulatórias para não fazer esses relatórios (ou seja, não há exigência regulatória para relatar transações em dinheiro em qualquer limite) ou razões operacionais (por exemplo, a Entidade não lida com dinheiro). Utilize a caixa de texto livre na Pergunta 29 para fornecer mais informações, se necessário.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Se houver uma obrigação para comunicação automática de transações em espécie em qualquer um dos locais da sua Entidade, o programa deve documentar os padrões e normas a serem seguidos.</p>
Pergunta 22 e	<p>Devida Diligência de Clientes (CDD – Customer Due Diligence)</p>	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Compreender as informações dos clientes, como local de residência/atividade, pessoas associadas, tipo de atividades, fonte de fundos e riqueza e finalidade da conta, servirá de base para um programa de Prevenção à Crimes Financeiros eficaz, pois fornecerá informações essenciais para uso no monitoramento, triagem e avaliação de risco dos negócios e protegerá o Respondente e o sistema financeiro de atividades ilícitas. A falta de compreensão dos detalhes pessoais de seus clientes levará a um programa de Prevenção à Crimes Financeiros ineficaz, pois não fornece as informações necessárias para monitorar, triar e avaliar os riscos potenciais dos clientes.</p>
Pergunta 22 f	<p>Devida Diligência Aprimorada (EDD – Enhanced Due Diligence)</p>	<p>Pontos para Consideração</p> <p>EDD é a coleta e análise de informações adicionais de due diligence, controles mais rígidos relacionados ao monitoramento de transações, bem como atualização mais regular dos detalhes da conta. É necessária quando um cliente apresenta potenciais riscos elevados de crimes financeiros. Exemplos incluem clientes cuja fonte de renda é de atividades de alto risco, clientes com conexão com países sancionados ou que são eles mesmos sancionados, estruturas de propriedade complexas e aqueles classificados como PEPs. A maioria das instituições financeiras e autoridades reguladoras em todo o mundo exige que esses controles sejam implementados, e mais provável do que não, o mesmo acontecerá com o Correspondente. Os requisitos da EDD precisam ser definidos, adaptados aos atributos de risco específicos da sua Entidade e implementados como parte do seu programa de Prevenção à Crimes Financeiros. Também deve ser aplicado de forma consistente a todos os clientes que são classificados como tal, desde a abertura da conta até a manutenção contínua das contas e do relacionamento. A implementação de controles de EDD consistentes e eficazes protege não apenas a Entidade e o Correspondente, mas o sistema financeiro em todo o mundo.</p>

Pergunta 22 g	Testes Independentes	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Para garantir que os controles implementados sejam eficazes, testes independentes são cruciais e mitigarão o risco potencial de falha operacional e ajudarão a identificar possíveis lacunas no programa de Prevenção à Crimes Financeiros da Entidade. O programa de Prevenção à Crimes Financeiros deve estar sujeito a testes independentes, além da Auditoria Interna, como um pilar fundamental do ambiente de controle geral. O programa deve mapear as responsabilidades, abordagem, frequência e processo de relatório para os testes independentes. Independente não significa externo à organização. Pode ser uma equipe interna com as competências necessárias e independência à atividade por ela monitorizada. Na ausência de um programa de testes eficaz e frequente, um banco dependerá de auditorias internas ou exames regulatórios com uma frequência relativamente menor para identificar questões que podem significar que os problemas não são descobertos em tempo hábil e corrigidos como parte do programa de Prevenção à Crimes Financeiros.</p>
Pergunta 22 h	Revisão Periódica	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Revisões periódicas ou contínuas dos registros de CDD e EDD dos clientes da sua Entidade apoiarão e atualizarão sua compreensão dos clientes existentes, garantindo que as alterações sejam capturadas e criando a oportunidade de identificar potenciais novos riscos de crimes financeiros. Elas fornecerão as informações necessárias para níveis precisos de monitoramento, triagem e supervisão geral a vários clientes. Sem entender com precisão os riscos atuais de crimes financeiros, Sanções, Fraude ou Suborno e Corrupção que os clientes representam, a Entidade é incapaz de conhecer e documentar mudanças em seu status de PEP, status de Sanções, atividade comercial ou potenciais notícias adversas/negativas na Mídia.</p>
Pergunta 22 i	Políticas e Procedimentos	<p>Orientação</p> <p>As "Políticas" estabelecem os princípios a serem seguidos para garantir uma gestão de risco eficaz, alinhada ao modelo de três Linhas de Defesa (consulte o Glossário para obter mais informações). Os "Procedimentos" dão suporte à implementação da política, fornecendo requisitos detalhados que devem ser seguidos.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Políticas e procedimentos adequados fornecem a base para um programa de crimes financeiros consistente. Políticas e procedimentos documentados são necessários para implementar as normas e os padrões definidos no programa em toda a Entidade. Políticas e procedimentos apropriados e documentados apoiam e permitem a execução consistente do programa de crimes financeiros. As políticas e procedimentos devem abranger todos os elementos do programa de crimes financeiros, todas as unidades organizacionais, todas as entidades legais no âmbito do programa e abranger todos os processos, incluindo funções de revisão. Sem um conjunto documentado de políticas e procedimentos, a Entidade não será capaz de demonstrar que os processos de controle existem, mesmo que eles, na prática, ocorram. Isso também fará com que a equipe tenha uma compreensão inconsistente do programa e de como implementar controles, impossibilitando a gestão do mesmo. A falta de políticas e procedimentos documentados é considerada um fator de alto risco.</p>

Pergunta 22 j	Triagem de PEP	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Compreender os riscos de PEPs é um requisito na maioria dos regimes regulatórios. Ter um processo de triagem de PEP estabelecido e eficaz, incluindo a manutenção de listas apropriadas contra as quais os nomes são selecionados, é uma parte importante do processo de CDD e devida diligência contínua da Entidade. A presença de tais listas e processos permitirá que a Entidade desenvolva uma compreensão precisa dos riscos potenciais de crimes financeiros do cliente. Seu programa deve incluir definições de uma PEP e incluir definições de PEPs nacionais e estrangeiras, os padrões de processo para identificar e avaliar uma PEP, a apetência pelo risco para lidar com uma PEP e a abordagem de governança para aprovação e tratamento de exceções. Para obter mais informações, consulte a Orientação do Wolfsberg sobre PEPs.</p>
Pergunta 22 k	Avaliação de risco	<p>Orientação</p> <p>A Avaliação de Risco é uma avaliação dos riscos inerentes de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, sanções, suborno e corrupção, presentes na Entidade (clientes, geografia, produtos, canais), bem como dos controles mitigadores implementados para a gestão desses riscos, resultando numa classificação de risco residual.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>A avaliação de risco é a oportunidade de avaliar, documentar, analisar e criar uma visão precisa dos riscos, controles e lacunas existentes que podem estar em vigor para compartilhar com a alta administração da Entidade. Sem esse processo, será difícil para a sua Entidade compreender os seus riscos e significará que é improvável que existam controles eficazes. O programa deve estabelecer os padrões e normas para o processo de avaliação de risco, como ele é aplicado, executado, validado e as implicações dos resultados. Além disso, a avaliação de risco ajuda a demonstrar uma compreensão dos riscos de crimes financeiros. A sua Entidade deve ter um processo contínuo para realizar o seu exercício de avaliação de risco.</p>
Pergunta 22 l	Sanções	<p>Orientação</p> <p>O programa de Prevenção à Crimes Financeiros deve incluir um programa de Sanções, que deve definir quais listas de sanções se aplicariam, a quais elementos de dados se aplicariam, processos para revisão e aprovação e definir uma apetência pelo risco para lidar com clientes com uma conexão com sanções.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>A atividade transacional que é enviada ou recebida através do Correspondente em nome do Respondente cliente deve cumprir os regulamentos de sanções aplicáveis. Existe um risco para você, como Respondente, e para seu Correspondente, se atividades inadmissíveis fluírem através da relação de vocês, e isso gera a exigência de ter controles apropriados em vigor, incluindo a implementação de listas de sanções relevantes para triagem contínua.</p>

Pergunta 22 m	Relatório de Atividades Suspeitas (<i>Suspicion Activity Report – SAR</i>)	<p>Orientação</p> <p>Os bancos geralmente têm a obrigação de relatar atividades suspeitas ou potencialmente suspeitas a uma autoridade governamental competente designada. Isso é conhecido como Relatório de Atividades Suspeitas ou de Transações Suspeitas.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O programa deve definir padrões claros de precisão, integridade e processos de revisão para relatórios de transações/atividades suspeitas, incluindo a conclusão dos relatórios dentro dos prazos exigidos.</p>
Pergunta 22 n	Treinamento e Educação	<p>Orientação</p> <p>Treinamento e educação referem-se a atividades realizadas internamente ou por terceiros, destinadas a educar e desenvolver a administração e os funcionários, tendo em conta as políticas e procedimentos da Entidade e para os quais são mantidos registros de presença.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Um programa educacional e de treinamento abrangente é necessário para apoiar um programa eficaz de Prevenção à Crimes Financeiros. O programa deve definir os padrões para o programa de Treinamento e Educação necessários para a administração e funcionários, abrangendo treinamento geral e especializado, e incluindo padrões mínimos de qualificação/experiência para funções críticas, currículo de treinamento, normas de frequência e aprovação em testes, frequência de presença e frequência de atualização e quaisquer requisitos para qualificação independente, entre outros.</p>
Pergunta 22 o	Monitoramento de Transações	<p>Orientação</p> <p>Monitoramento de PLD pós-transação projetado para identificar atividades potencialmente suspeitas que podem ser encaminhadas para investigação adicional e possíveis Relatórios de Atividades Suspeitas. O monitoramento de transações permite que você implemente limites de volume, frequência e padrões, entre outros gatilhos, de maneira eficaz e consistente. A capacidade de compreender a natureza da atividade que flui através da Entidade (e, portanto, também através do Correspondente) é um componente essencial de um programa de Prevenção à Crimes Financeiros. Isso normalmente é realizado por alguma combinação de processos automatizados e manuais.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O programa deve definir padrões para o Monitoramento de Transações, incluindo escopo de cobertura, ajuste, definição de limites, padrões de documentação e revisão independente. Deve-se considerar como os resultados do Monitoramento de Transações contribuem para a compreensão do risco do cliente.</p>

Pergunta 23	Quantos funcionários em tempo integral estão no Departamento de Compliance de PLD, CFT e Sanções da Entidade?	<p>Orientação</p> <p>Esta questão exclui contadores e funcionários temporários e diz respeito apenas a funcionários em tempo integral de PLD e Sanções ou equivalente na segunda linha de Defesa (segunda linha significa administradores independentes de risco e/ou controle, como Compliance, Operações, Risco ou Jurídico, entre outros). Se a função de primeira linha (primeira linha significa a linha de frente, funções voltadas para o cliente) tiver funcionários dedicados realizando atividades de Prevenção à Crimes Financeiros, inclua isso na resposta à Pergunta 29.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O número de funcionários dedicados à realização de atividades de Prevenção à Crimes Financeiros deve ser proporcional ao tamanho e escopo da sua Entidade. O Correspondente usará essas informações na avaliação do seu ambiente de controle.</p>
Pergunta 24	A política de PLD, CFT e Sanções da Entidade é aprovada pelo menos anualmente pelo Conselho ou Comitê de Alta Administração equivalente? Se Não, descreva sua prática na Pergunta 29.	<p>Orientação</p> <p>A política pode ser mantida no nível da Entidade ou da controladora final da Entidade – responda quanto à política aplicada pela</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O entendimento, a conscientização e a aprovação da Alta Administração de tais políticas fundamentais demonstram o compromisso dos Executivos de alto escalão com a luta contra crimes financeiros. A falta de compromisso pode levar a controles e/ou recursos insuficientes dedicados à prevenção de crimes financeiros.</p>
Pergunta 25	O Conselho recebe relatórios regulares sobre o status do programa de PLD, CFT e Sanções?	<p>Orientação</p> <p>“Relatórios” refere-se às Informações de Gestão (MI, na sigla para <i>Management Information</i>) fornecidas à Alta Administração por meio de slides de apresentação, métricas e/ou discussões que podem ser evidenciadas por meio de atas.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>A falta de relatórios regulares para os executivos de alto escalão da organização pode levar a uma falta de foco na evolução dos riscos em toda a organização. Para garantir a supervisão adequada do programa, o Conselho, ou o Comitê de Alta Administração equivalente, precisaria receber relatórios regulares sobre o status, incluindo métricas, progresso em projetos-chave, questões identificadas, entre outros. O relatório deve ser claro, preciso, completo e tal que o Conselho ou outros comitês sejam capazes de demonstrar uma supervisão significativa sobre o programa. Quando as atualizações são fornecidas durante as reuniões de governança, um registro das informações compartilhadas e as atas devem ser mantidas para fornecer evidências de discussão, escalonamento, compreensão dos riscos levantados e abordagem acordada adotada, para visitas de Auditoria e Regulamentação.</p>

Pergunta 26	A Entidade utiliza terceiros para realizar quaisquer componentes do seu programa de PLD, CFT e Sanções?	Orientação Terceiro significa uma Pessoa Jurídica diferente. Isso pode estar relacionado ou não à Entidade respondente (ou seja, outra Entidade no mesmo grupo ou uma Entidade externa).
		Pontos para Consideração Qualquer dependência de terceiros que realizem componentes do programa de Prevenção à Crimes Financeiros deve ser considerada aqui. Se um terceiro for empregado para realizar atividades relacionadas à prevenção de crimes financeiros, deve haver controles apropriados em vigor para garantir que o terceiro esteja executando as tarefas corretamente. Mesmo que a atividade tenha sido delegada, a responsabilidade pelos controles eficazes permanece com a Entidade.
Pergunta 26 a	Se Sim, forneça mais detalhes	Orientação Explicar o que é feito pelo terceiro, as suas responsabilidades, detalhes do local onde o terceiro está sediado, se é regulado e por quem, se está relacionado com a Entidade. Confirme se o terceiro está sujeito à mesma governança, políticas e procedimentos que a sua Entidade.
		Pontos para Consideração Se qualquer terceiro for usado, o programa também deve mapear o escopo do trabalho desses terceiros e a supervisão em vigor. Isso deve incluir padrões para relatórios, avaliação independente, revisão de serviços, entre outros. A Entidade deve garantir que tem acesso adequado às informações relevantes detidas/mantidas pelo terceiro para os seus próprios fins de gestão de risco e cumprimento dos requisitos regulamentares, tais como pedidos de informação.
Pergunta 27	A Entidade tem uma política de denúncias?	Pontos para Consideração Uma política de denúncias é uma prática recomendada que promove um ambiente em que os funcionários sabem que a organização está aberta a ouvir preocupações e reclamações e está comprometida com a transparência. Consulte o Glossário para mais informações.
4. Antissuborno e corrupção		
Pergunta 30	A Entidade documentou políticas e procedimentos consistentes com os	Orientação "Razoavelmente" refere-se à capacidade de reduzir a exposição ao suborno e à corrupção versus a capacidade de erradicar todos os riscos.

	regulamentos e requisitos aplicáveis de Combate a Suborno e Corrupção (ABC, na sigla para <i>Anti-Bribery and Corruption</i>) para prevenir, detectar e relatar razoavelmente suborno e corrupção?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Ter uma estrutura de política e procedimentos estabelecida e eficaz demonstrará ao Correspondente que os controles necessários para identificar, investigar e gerenciar riscos de suborno e corrupção estão em vigor em sua instituição. Sem uma inclusão específica dos elementos de ABC em um programa geral de Prevenção à Crimes Financeiros, os riscos de suborno e corrupção podem não receber a atenção necessária dentro de uma organização. Isso pode levar à materialização de riscos sem a mitigação adequada. Ao criar políticas e procedimentos claros, concisos e acessíveis a todos os funcionários, a base para o programa de ABC é estabelecida. A falta de políticas e procedimentos documentados cria o risco de que as partes interessadas (funcionários, joint ventures e terceiros) desconheçam os requisitos do programa. Também gerará compreensão e implementação inconsistentes dos controles, impossibilitando a responsabilização dos funcionários por suas responsabilidades.</p>
Pergunta 31	A Entidade possui um programa para toda a empresa que estabelece padrões e normas mínimos de ABC?	<p>Orientação</p> <p>“Para toda a empresa” refere-se a um programa que abrange todas as funções e atividades relevantes que podem ser afetadas por riscos de suborno e corrupção, incluindo filiais e quaisquer negócios sob a responsabilidade da sua Entidade. Consulte o programa atualmente em vigor – quer seja imposto pela sua empresa controladora ou concebido pela sua Entidade.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Sem um programa para toda a empresa que estabeleça padrões e normas mínimos de ABC, existe o risco de que as filiais e negócios da Entidade criem e cumpram procedimentos inconsistentes. Por esse motivo, é importante garantir que todas as atividades em toda a organização sigam o programa de ABC. Um programa envolve todos os aspectos da gestão de controle de risco, desde a governança até o teste de eficácia, e deve incluir todas as funções/departamentos dentro da organização. Os riscos de Suborno e Corrupção podem variar entre jurisdições.</p>
Pergunta 32	A Entidade nomeou um diretor ou diretores designados com experiência/ conhecimentos suficientes responsáveis pela coordenação do programa de ABC?	<p>Orientação</p> <p>A sua Entidade atribuiu a responsabilidade pelo programa de ABC a um indivíduo apropriado? “Experiência/conhecimentos suficientes” se baseiam nas expectativas regulatórias locais e nos padrões e normas do setor na jurisdição onde sua Entidade está sediada. Ao considerar experiência suficiente, leve em consideração a(s) função(ões) anteriormente desempenhada(s) por esse indivíduo e o período de tempo que ele passou no setor de serviços financeiros.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Sem a experiência adequada, sua Entidade corre o risco de não entender a natureza de seus riscos de suborno e corrupção e como eles estão sendo mitigados. Designar um diretor (ou diretores) com experiência suficiente em ABC e autonomia e autoridade suficientes para coordenar o programa de ABC ajuda a garantir que o programa seja gerenciado de forma eficaz e envia uma mensagem forte a todas as partes interessadas de que a o compliance de ABC é levado a sério por sua organização. Nem todas as organizações exigem que um diretor nomeado analise apenas os controles de suborno e corrupção. Sua organização deve avaliar seus requisitos e complexidade para tomar tal decisão. Em alguns casos, o Diretor Responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (MLRO, na sigla para <i>Money Laundering Reporting Officer</i>) também é o diretor nomeado para ABC.</p>
Pergunta 33	A Entidade possui pessoal adequado com níveis adequados de experiência/conhecimento para implementar o programa de ABC?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Um programa de ABC sem pessoal adequado ou os conhecimentos e recursos de ABC necessários cria o risco de o programa não funcionar de forma eficaz.</p>
Pergunta 34	O programa de ABC da Entidade é aplicável a:	<p>Orientação</p> <p>Selecione a opção apropriada na lista de respostas.</p>
Questão 34 (Escolha 1)	Joint ventures	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A atividade de joint venture pode criar responsabilidade para a sua organização se o(s) parceiro(s) da joint venture se envolver(em) em suborno e corrupção. Tornar seu programa de ABC aplicável a joint ventures ajuda a mitigar os riscos.</p>
Questão 34 (Escolha)	Terceiros agindo em nome da Entidade	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Semelhante à 26, sua Entidade é responsável pelas ações de terceiros agindo em seu nome, incluindo se o terceiro se envolver em suborno e corrupção.</p>
Pergunta 35	A Entidade possui uma política global de ABC que:	<p>Orientação</p> <p>Indique se você tem uma política global de ABC que inclua os requisitos das Perguntas 35 a-c. Para obter mais informações, consulte a Orientação do Wolfsberg Group sobre Programas de ABC para obter mais informações</p>
Pergunta 35a	Proíbe dar e receber subornos? Isto inclui prometer, oferecer, dar, solicitar ou receber qualquer coisa de valor, direta ou	<p>Orientação</p> <p>“Prometer” refere-se à ação de prometer e não agir com base na promessa de suborno. “Oferecer” refere-se ao ato de oferecer suborno, mesmo que não aceite. “Dar” refere-se à ação de dar o suborno, solicitado ou não. “Solicitar” refere-se ao ato de pedir suborno, mesmo que não seja recebido. “Receber” refere-se ao ato de manter o suborno. “Direta ou indiretamente” refere-se a circunstâncias em que a pessoa que envia ou recebe o suborno não é o destinatário direto, mas o beneficiário do ato do suborno.</p>

	indiretamente, se tiver a intenção indevida de influenciar uma ação ou obter uma vantagem	<p>Pontos para Consideração A proibição de dar e receber subornos é a base de um programa de ABC.</p>
Pergunta 35 b	Inclui requisitos aprimorados em relação à interação com funcionários públicos?	<p>Orientação Os Funcionários Públicos podem incluir funcionários, nomeados ou outros representantes de escritórios ou departamentos governamentais a nível nacional, regional, local ou municipal, ou de empresas controladas pelo Estado, ou de organizações internacionais.</p> <p>Pontos para Consideração As interações com funcionários públicos podem ser consideradas como representando um risco maior de suborno e corrupção. Eles podem não ser considerados PEPs na definição da sua Entidade, pois não ocupam um alto cargo de poder. Houve, no entanto, inúmeros casos em que as interações com funcionários públicos criaram oportunidades de suborno e corrupção. Tal conduta pode criar responsabilidade significativa de acordo com as leis anticorrupção aplicáveis, como a Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA, na sigla para <i>Foreign Corrupt Practices Act</i>) dos EUA de 1977 e a Lei de Suborno do Reino Unido (UKBA, na sigla para <i>U.K. Bribery Act</i>) de 2010, entre outras. Esse risco pode ser mitigado estabelecendo procedimentos que regem as interações com funcionários públicos como parte do programa de ABC.</p>
Pergunta 35 c	Inclui uma proibição contra a falsificação de livros e registros (isso pode estar dentro da política de ABC ou de qualquer outra política aplicável à Pessoa Jurídica)?	<p>Orientação "Livros" refere-se a contas financeiras. "Registros" referem-se a quaisquer registros retidos para fins de auditoria.</p> <p>Pontos para Consideração Várias jurisdições exigem que as organizações relevantes mantenham livros e registros precisos. Pode haver responsabilidade se todas as atividades comerciais não forem registradas com precisão nos livros e registros da sua organização. Mesmo que tais leis não existam na jurisdição, uma proibição formal de falsificação de livros e registros envia uma mensagem às partes interessadas de que tal conduta não será tolerada. Seu Correspondente provavelmente precisará cumprir tais regulamentos.</p>
Pergunta 36	A Entidade possui controles em vigor para monitorar a eficácia de seu programa de ABC?	<p>Orientação "Monitorar a eficácia" refere-se a testes e supervisão que sua Entidade implementou para avaliar o cumprimento do seu programa de ABC.</p> <p>Pontos para Consideração Sem controles em vigor para monitorar a eficácia do programa de ABC, incluindo revisões de auditoria independentes, existe o risco de que seu programa não funcione como pretendido, o que significa que o suborno e a corrupção podem passar despercebidos. Também se refere a registros de treinamentos sobre ABC, aprovações para presentes e entretenimento, contratações e delegações de terceiros, entre outros componentes do programa de ABC.</p>
Pergunta 37	O Conselho recebe, avalia e contesta relatórios regulares sobre o status do programa de ABC?	<p>Orientação "Relatórios" refere-se às Informações de Gestão (MI) fornecidas à Alta Administração por meio de slides de apresentação e/ou discussões que podem ser evidenciadas por meio de atas.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>MIs regulares sobre assuntos de ABC para o Conselho da sua Entidade e a alta administração são cruciais para estabelecer um forte ambiente ético diretamente a partir do topo para toda a organização. Isso sinaliza às partes interessadas que os indivíduos encarregados da gestão geral da organização estão preocupados com questões de suborno e corrupção e tratam essas questões como uma prioridade. Sem MIs contínuas, precisas e claras para apoiar a conscientização do Conselho e da alta administração sobre os riscos e controles existentes (entre outras informações importantes), sua organização pode não ser capaz de cumprir suas responsabilidades em relação à supervisão de ABC de forma eficaz.</p>
Pergunta 38	<p>A Avaliação Global de Risco da Instituição (EWRA, na sigla para <i>Enterprise-Wide Risk Assessment</i>) de ABC da Entidade foi concluída nos últimos 12 meses?</p>	<p>Orientação</p> <p>EWRA refere-se a uma avaliação de risco contínua realizada no nível da Entidade, analisando o risco inerente, controles de mitigação e de riscos residuais e sua eficácia.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>A avaliação de riscos é a oportunidade de avaliar, documentar, analisar e criar uma visão precisa dos riscos, controles e lacunas existentes, para compartilhar com a alta administração. Sem essa visão, será difícil entender os riscos e, provavelmente, ter controles eficazes em vigor. O programa deve estabelecer os padrões e normas para o processo de avaliação de risco, como ele é aplicado, executado, testado e as implicações dos resultados. Além disso, a avaliação de risco ajuda a demonstrar uma compreensão dos riscos de ABC.</p>
Pergunta 39	<p>A Entidade possui uma classificação de risco residual de ABC que é o resultado líquido da eficácia dos controles e da avaliação de risco inerente?</p>	<p>Orientação</p> <p>Risco residual significa o risco que permanece após a eficácia dos controles ter sido aplicada ao risco inerente que sua organização enfrenta.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Ao desenvolver uma classificação de risco baseada (1) na eficácia dos controles de ABC e (2) nos riscos inerentes de suborno e corrupção enfrentados pelas filiais e negócios da Entidade, eles podem identificar as áreas de maior risco e, em seguida, implantar recursos do programa de ABC para abordar essas áreas de maior risco.</p>
Pergunta 40	<p>A EWRA de ABC da Entidade cobre os componentes de risco inerente detalhados abaixo:</p>	<p>Orientação</p> <p>Para cada subpergunta, indique se a sua EWRA de ABC inclui esse componente.</p>
Pergunta 40 a	<p>Potencial Responsabilização criada por intermediários e outros fornecedores terceirizados, conforme apropriado</p>	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Conforme observado na Pergunta 34, sua Entidade é responsável pelas ações de terceiros agindo em seu nome. Consequentemente, as avaliações de risco que abordam o uso de terceiros permitem que a Entidade avalie o quão bem o programa de ABC mitiga os riscos desses terceiros.</p>
Pergunta 40 b	<p>Riscos de corrupção associados aos países e indústrias em que a Entidade faz negócios, diretamente ou através de intermediários</p>	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Certos países e indústrias apresentam maior risco de suborno e corrupção. Ao considerar os países e setores em que a Entidade faz negócios nas avaliações de risco, os recursos e controles do programa de ABC podem ser implantados de forma mais eficaz para mitigar o risco de suborno e corrupção.</p>

Pergunta 40 c	Transações, produtos ou serviços, incluindo aqueles que envolvem entidades estatais ou controladas pelo Estado ou funcionários públicos	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Conforme observado na Pergunta 35 b, a interação com funcionários públicos representa um risco significativo de responsabilidade sob as leis anticorrupção relevantes. É importante que as avaliações de risco considerem interações com funcionários públicos, entidades estatais ou controladas pelo Estado, para que seu programa de ABC possa mitigar o risco de suborno e corrupção.</p>
Pergunta 40 d	Riscos de corrupção associados a presentes e hospitalidade, contratação/estágios, doações de caridade e contribuições políticas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Atividades como dar presentes, entreter, contratar e fazer doações de caridade e contribuições políticas podem ser realizadas para influenciar a ação ou obter uma vantagem. Esta atividade cria o risco de responsabilidade por suborno e corrupção. Consequentemente, as avaliações de risco devem avaliar essas atividades em toda a sua organização para garantir que o programa de ABC monitore efetivamente esses tipos de atividades.</p>
Pergunta 40e	Mudanças nas atividades comerciais que podem aumentar materialmente o risco de corrupção da Entidade	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Mudanças nas atividades comerciais podem adicionar riscos adicionais de suborno e corrupção não avaliados anteriormente, como um novo empreendimento de investimento com um órgão governamental. Sua avaliação de risco deve ter as ferramentas necessárias para capturar e considerar tais riscos em tempo hábil.</p>
Pergunta 41	A função de auditoria interna da Entidade ou outro terceiro independente cobre as Políticas e Procedimentos de ABC?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Ao fazer com que a auditoria interna ou um terceiro independente com experiência em ABC avalie o programa de ABC da organização, ela garante que o programa seja revisado por uma Entidade independente. Isso fornece uma avaliação objetiva da eficácia do programa.</p>
Pergunta 42	A Entidade fornece treinamento obrigatório em ABC para:	<p>Orientação</p> <p>Para cada subpergunta, indique se você fornece treinamento para esse grupo.</p>
Pergunta 42 a	Conselho e Comitê de Alta Administração	<p>Orientação</p> <p>Responda a esta pergunta considerando o Conselho responsável pela Entidade respondente (que pode ser o Conselho da controladora).</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O treinamento de ABC adaptado ao Conselho da organização e à alta administração aprimora as habilidades e a capacidade da equipe de gestão de entender os riscos de suborno e corrupção, suas responsabilidades e garante o foco contínuo nos controles de ABC.</p>
Pergunta 42 b	Primeira Linha de Defesa	<p>Pontos para Consideração</p> <p>O treinamento de ABC para funcionários da Primeira Linha de Defesa mitiga o risco de suborno e corrupção porque esses funcionários estão na melhor posição para identificar e prevenir possíveis subornos e corrupção, pois têm visibilidade direta da conduta relevante. Fornecer treinamento de ABC obrigatório garante que esses funcionários estejam sintonizados com essas questões.</p>

Pergunta 42 c	Segunda Linha de Defesa	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os funcionários da Segunda Linha de Defesa geralmente são responsáveis por identificar padrões suspeitos de conduta. Conseqüentemente, fornecer treinamento de ABC apropriado a esses funcionários garante que eles estejam equipados para identificar e relatar possíveis condutas impróprias e, assim, mitigar o risco de suborno e corrupção.</p>
Pergunta 42 d	Terceira Linha de Defesa	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A terceira Linha de Defesa refere-se à Auditoria e a qualquer unidade de avaliação independente. De acordo com a Pergunta 42 c, o risco de suborno e corrupção pode ser reduzido fornecendo treinamento de ABC apropriado, garantindo que os funcionários estejam equipados para identificar e relatar possíveis condutas impróprias.</p>
Pergunta 42 e	Terceiros para os quais foram terceirizadas atividades específicas de compliance sujeitas ao risco de ABC	<p>Orientação</p> <p>Refere-se ao treinamento fornecido a terceiros que atualmente realizam atividades de compliance de ABC em nome da Entidade.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Qualquer terceiro responsável pelas atividades de compliance de ABC deve receber treinamento obrigatório de ABC. Não fazer isso cria o risco de que o terceiro não esteja familiarizado com o programa de ABC e não cumpra os requisitos do programa.</p>
Pergunta 42 f	Trabalhadores não empregados, conforme apropriado (contratados/consultores)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Quaisquer trabalhadores não empregados que sejam responsáveis pelas atividades de compliance de ABC devem receber treinamento obrigatório sobre ABC. Não fazer isso cria o risco de que o terceiro não esteja familiarizado com o programa de ABC e não cumpra os requisitos do programa.</p>
Pergunta 43	A Entidade fornece treinamento em ABC direcionado a funções, responsabilidades e atividades específicas?	<p>Orientação</p> <p>Refere-se ao treinamento projetado para funções/trabalhos/cargos específicos para ajudá-los a entender suas responsabilidades em relação ao ABC em suas atividades diárias. (por exemplo, funcionários responsáveis por reservar entretenimento ou viagens para o cliente)</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Conforme observado nas Perguntas 42 a-f, várias partes interessadas ocupam papéis diferentes em relação ao programa de ABC. Conseqüentemente, é importante fornecer a cada parte interessada um treinamento direcionado que aborde suas funções e responsabilidades relacionadas ao programa.</p>

5. Políticas e Procedimentos de PLD, CFT e Sanções		
Pergunta 46	A Entidade documentou políticas e procedimentos consistentes com os regulamentos e requisitos aplicáveis de PLD, CFT e Sanções para prevenir, detectar e relatar:	<p>Orientação Indique em cada subpergunta se você tem políticas e procedimentos documentados para abordar os principais elementos de um programa de PLD, CFT e Sanções.</p> <p>Pontos para Consideração A falta de políticas e procedimentos documentados pode levar ao não cumprimento dos requisitos jurisdicionais ou à implementação inconsistente de controles e proporcionar oportunidade para que atores ilícitos abusem de um respondente para efetuar lavagem de dinheiro, incluindo o encaminhamento de atividades relacionadas a crimes financeiros através da Entidade. A medida em que uma política em todo o grupo é implementada será considerada pelo Correspondente como uma prática recomendada.</p>
Pergunta 46 a	Lavagem de dinheiro	Consulte o Glossário
Pergunta 46 b	Financiamento do terrorismo	Consulte o Glossário
Pergunta 46 c	Violações de sanções	Consulte "Sanções" no Glossário
Pergunta 47	As políticas e procedimentos da Entidade são atualizados pelo menos anualmente?	<p>Pontos para Consideração A boa governança requer avaliação periódica dos requisitos regulatórios e políticas e procedimentos em relação às melhores práticas do setor. É essencial ter um processo em vigor que exija que todas as filiais e segmentos dos Negócios atualizem regularmente suas políticas e procedimentos. A falta de processos para atualização de políticas e procedimentos pode resultar em falhas na identificação ou em lacunas nos requisitos regulamentares aplicáveis atuais e demonstrar foco limitado nos controles de crimes financeiros.</p>
Pergunta 48	A Entidade optou por comparar suas políticas e procedimentos com:	<p>Pontos para Consideração Se a sua Entidade não estiver vinculada aos regulamentos dos principais mercados financeiros, provavelmente o seu Correspondente estará, a fim de realizar transações em seus mercados e moedas. Sua Entidade pode optar por realizar uma análise de lacunas para entender onde estão as variações e decidir quais elementos podem valer a pena implementar. Dois mercados-chave são os Estados Unidos da América (EUA) e a União Européia (UE). Uma vez concluída a análise, é uma boa prática identificar possíveis maneiras de fortalecer as políticas e procedimentos existentes, se forem identificadas lacunas.</p>
Pergunta 48 a	Normas dos EUA	<p>Pontos para Consideração Seu Correspondente dos EUA estará sujeito às Normas dos EUA. Alinhar alguns ou todos os seus processos às normas dos EUA pode dar apoio ao seu acesso aos sistemas de pagamento dos EUA.</p>
Pergunta 48 b	Normas da UE	<p>Pontos para Consideração Semelhante aos pontos a serem considerados na Pergunta 48 a, a conformidade com as Normas e requisitos europeus pode dar apoio ao acesso aos sistemas de pagamento da UE.</p>

Pergunta 49	A Entidade possui políticas e procedimentos que:	Orientação Para cada subpergunta, indique se você tem políticas e procedimentos que cobrem esse tópico.
Pergunta 49 a	Proíbem a abertura e manutenção de contas anônimas e fictícias	<p>Orientação Contas anônimas e fictícias significam contas em que o verdadeiro proprietário da conta não é conhecido pela sua Entidade ou em que as informações de identificação sobre o verdadeiro proprietário da conta não são transmitidas pela sua instituição às instituições financeiras quando você envia mensagens de pagamento ou outras mensagens financeiras para elas.</p> <p>Pontos para Consideração Manter contas anônimas e fictícias não fornece transparência ao proprietário/controladores, o que pode levar a um potencial uso indevido das contas por atores ilícitos. Além disso, esses tipos de contas não permitem sanções econômicas eficazes e triagem de nomes por qualquer parte da cadeia de pagamento. O não reconhecimento desses tipos de contas pode aumentar o risco de crimes financeiros. Se essas contas existirem na Entidade, é imperativo preencher e identificar a propriedade e o controle relevantes para determinar se existem maus atores, PEPs e mídia negativa vinculados aos proprietários da conta.</p>
Pergunta 49 b	Proíbem a abertura e manutenção de contas para bancos não licenciados e/ou NBFIs	Pontos para Consideração A incapacidade de identificar entidades não registradas ou não licenciadas que tenham requisitos de registro ou licenciamento pode deixar sua Entidade aberta a riscos de crimes financeiros. Se essas contas existirem em sua instituição e se recusarem a fornecer evidências de licenciamento, uma determinação deve ser feita sobre a legitimidade do cliente. Além disso, bancos não licenciados/NBFIs podem não estar cumprindo seus regulamentos locais.
Pergunta 49 c	Proíbem negociar com outras entidades que prestam serviços bancários a bancos não licenciados	Pontos para Consideração Manter contas para entidades que lidam com bancos não licenciados introduz o risco potencial de processar transações para entidades não devidamente verificadas e não sujeitas a supervisão e revisão regulatória, tanto para o Respondente quanto para o Correspondente. A falha em identificar essa atividade para um cliente existente pode levar a instituição correspondente/respondente a ser responsável pela execução de transações que possam ser consideradas ilegais.
Pergunta 49 d	Proíbem contas/relacionamentos com bancos de fachada	Orientação De acordo com o GAFI, um banco de Fachada é "um banco que não tem presença física no país em que está constituído e licenciado, e que não é afiliado a um grupo financeiro regulamentado que está sujeito a supervisão consolidada efetiva. Presença física significa uma mentalidade e gestão significativas localizadas dentro de um país. A existência simplesmente de um agente local ou pessoal de baixo escalão não constitui presença física. Muitas jurisdições proíbem fazer negócios com esses tipos de entidades. Para obter mais informações, consulte a Recomendação 13 do GAFI .

		<p>Pontos para Consideração Verificou-se que os bancos de fachada são usados para facilitar a realização de crimes financeiros, pois não há supervisão regulatória devido à falta de presença física. Oferecer serviços a um banco de fachada pode permitir que maus atores/criminosos tenham acesso aos sistemas financeiros que facilitam a realização de crimes financeiros.</p>
Pergunta 49 e	Proíbem negociar com outra entidade que preste serviços a bancos de fachada	<p>Orientação Mesmo que não haja uma relação direta com os bancos de fachada, se houver um cliente a jusante que ofereça serviços aos bancos de fachada, haveria exposição aos riscos de crimes financeiros nessas entidades.</p>
		<p>Pontos para Consideração Oferecer serviços a uma Entidade que presta serviços a um banco de fachada pode permitir que maus atores/criminosos tenham acesso aos sistemas financeiros que facilitam a realização de crimes financeiros.</p>
Pergunta 49 f	Proíbem a abertura e manutenção de contas para as entidades designadas da Seção 311	<p>Orientação A Seção 311 do USA PATRIOT ACT permite que a Rede de Repressão aos Crimes Financeiros dos EUA (FinCEN, na sigla para <i>Financial Crimes Enforcement Network</i>) tome certas medidas especiais contra jurisdições estrangeiras, instituições financeiras estrangeiras, classes de transações internacionais ou tipos de contas que causam preocupação primária de lavagem de dinheiro.</p>
		<p>Pontos para Consideração Os bancos correspondentes sujeitos a essas regras exigirão que seus bancos respondentes compreendam os riscos associados à continuação dos negócios com as partes designadas e implementem controles para mitigar o risco de transações conduzidas por meio das contas mantidas no banco correspondente. Você pode esperar ter uma discussão com seu Correspondente sobre esse controle e como ele pode garantir o cumprimento desses requisitos. Você também deve considerar realizar sua própria triagem para a presença de tais entidades em suas atividades de pagamento. Se a sua Entidade fizer negócios com uma instituição financeira estrangeira que seja designada como uma preocupação primária de lavagem de dinheiro na seção 311, isso pode criar problemas com o(s) seu(s) banco(s) correspondente(s) se a sua Entidade tentar realizar transações em dólares americanos em nome de uma FI estrangeira designada, uma vez que os Correspondentes dos EUA não estão autorizados a processar pagamentos para entidades listadas na 311.</p>
Pergunta 49 g	Proíbem a abertura e manutenção de contas para qualquer um dos agentes de remessas, casas de câmbio, ou agentes de transferência de dinheiro não licenciados/não regulamentados	<p>Pontos para Consideração A não identificação de entidades não registradas ou não licenciadas, onde tais entidades geralmente precisam ser registradas ou licenciadas, pode deixar uma Entidade aberta a riscos de crimes financeiros. Se essas contas existirem na instituição, deve ser feita uma determinação sobre a legitimidade do cliente. Se você tem relacionamentos com tais entidades não licenciadas/não regulamentadas, você deve estar preparado para demonstrar ao(s) seu(s) correspondente(s) como você ganha conforto em relação às suas atividades (onde o licenciamento/regulamentação normalmente seria necessário). Manter contas para transmissores de dinheiro não licenciados e casas de câmbio pode levar a riscos adicionais, pois essas entidades geralmente não estão sujeitas a supervisão e revisão regulatória.</p>

Pergunta 49 h	Avaliam os riscos de relacionamentos com PEPs nacionais e estrangeiros, incluindo seus familiares e associados	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os PEPs apresentam um risco maior de suborno e corrupção porque seu papel proeminente em um país e sua função pública podem torná-los alvo de maus atores que buscam influência indevida. A falha em entender e avaliar o risco potencial de PEPS, membros da família relacionados e associados podem criar exposição à movimentação de fundos ilícitos, incluindo aqueles associados à corrupção.</p>
Pergunta 49 i	Definem o processo para escalar problemas de risco de Crimes Financeiros/atividade potencialmente suspeita identificada por funcionários	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A falta de processos claros de escalonamento pode levar a falhas na investigação e nos relatórios de possíveis atividades suspeitas. Deve ser implementado um caminho de escalonamento claro para problemas de PLD e CFT que esteja disponível para todos os funcionários. Ele deve ser independente e encaminhar para indivíduos qualificados para garantir que os riscos e/ou atividades suspeitas sejam rapidamente identificados gerem ações.</p>
Pergunta 49 j	Definem o processo, quando apropriado, para encerrar relacionamentos existentes com clientes devido ao risco de crime financeiro	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A falta de processos claros para encerrar relacionamentos por preocupações de crimes financeiros pode levar a possíveis atividades criminosas continuando a fluir através de sua organização. Um processo de saída claro e definido não apenas ajudará na saída, mas também garantirá que as contas sejam rapidamente fechadas e que as partes relacionadas sejam revisadas. Essas ações devem procurar identificar negócios ou contas potencialmente relacionados que permaneçam na instituição para mitigar o crimes financeiros identificado.</p>
Pergunta 49 k	Definem o processo de saída de clientes por motivos de crime financeiro que se aplica em toda a entidade, incluindo filiais e afiliadas estrangeiras	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A falta de um processo claro de identificação e escalonamento para a saída de clientes que conduzem atividades suspeitas pode levar a uma falha em relatar crimes financeiros em potencial, incluindo falta de supervisão da gestão, processos consistentes e funcionários desonestos. Considere o que acontece após o processo de escalonamento e relatório. Como são abordados quaisquer riscos contínuos apresentados por clientes/atividades e como é realizada a identificação de contas associadas em agências e afiliadas.</p>
Pergunta 49 l	Definem o processo e os controles para identificar e lidar com clientes que foram previamente desligados por motivos de crime financeiro se eles buscarem restabelecer uma relação	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Se um cliente ou partes relacionadas procurarem restabelecer uma relação, as razões e os riscos associados à saída original devem ser verificados e mitigados. Deve haver provas substanciais de que os problemas de risco identificados anteriormente não existem mais. A falta de uma revisão completa de um cliente que deseja restabelecer uma relação pode resultar em riscos repetidos se o cliente tiver uma gestão igual ou semelhante, independentemente de haver uma mudança nas políticas operacionais.</p>
Pergunta 49 m	Descrevem os processos relativos à triagem de sanções, PEPs e Mídia Adversa/Notícias Negativas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Deve haver uma definição clara e um processo de triagem para essas entidades/pessoas específicas, para que possam ser identificadas e rastreadas. A triagem é essencial para ajudar a identificar e mitigar os riscos associados a clientes sujeitos a sanções, clientes que sejam PEPs ou que geram preocupações com mídia adversa/notícias negativas. Esta triagem deve incluir variações na ortografia e/ou idioma estrangeiro, se aplicável. A falha em manter métodos para identificar PEPs adequadamente e rastrear sanções e notícias negativas pode expor a Entidade a riscos não identificados que não são devidamente avaliados, monitorados ou mitigados.</p>

Pergunta 49 n	Delinham os processos para a manutenção de “Listas de Observação (watchlists)” internas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A não manutenção de métodos para evitar que clientes que saíram anteriormente e partes relacionadas identificadas internamente sejam reintegrados ou entrem novamente no banco pode levar ao processamento de transações com risco elevado de crimes financeiros, o que apresenta preocupações quanto à eficácia do programa de crimes financeiros.</p>
Pergunta 50	A Entidade definiu uma declaração de tolerância ao risco ou documento semelhante que define um limite de risco a cerca de seus negócios?	<p>Orientação</p> <p>Uma declaração de tolerância ao risco/apetência pelo risco documenta o nível de exposição para além do qual a Entidade não está preparada para aceitar riscos adicionais. Isso pode reduzir e proteger contra riscos indesejados e definir expectativas de negócios com antecedência, garantindo assim que os parceiros de vendas estejam cientes de quais clientes buscar e quais não buscar.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>A falha em definir uma apetência pelo risco/tolerância ao risco para sua Entidade pode levar a um nível inaceitável de risco que pode não ser mitigado pelos controles. A apetência pelo risco/tolerância ao risco é uma maneira de definir e medir quais negócios sua Entidade aceitará ou não.</p>
Pergunta 51	A Entidade possui procedimentos de retenção de registros que cumpram com as leis aplicáveis?	<p>Orientação</p> <p>Um programa robusto inclui procedimentos documentados que descrevem o período mínimo durante o qual os registros devem ser mantidos, por exemplo, informações de CDD, resultado dos controles de triagem, escalonamento e decisões tomadas pela Alta Administração e outros.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>A falta de procedimentos definidos para manutenção de registros pode colocar sua Entidade em risco de violar as leis aplicáveis. Os requisitos mínimos de manutenção de registros podem ser definidos pelos regulamentos locais e também são orientados pela Recomendação 11 do GAFI.</p>
6. Avaliação de Risco de PLD, CFT e Sanções		
Pergunta 54	A EWRA de PLD e CFT da Entidade cobre os componentes de risco inerente detalhados abaixo:	<p>Orientação</p> <p>O Wolfsberg Group publicou as Perguntas Frequentes do Wolfsberg sobre Avaliações de Risco para Lavagem de Dinheiro, Sanções e Suborno e Corrupção, que devem ser úteis para entidades que buscam entender o processo e a linguagem.</p>
Pergunta 54 a	Cliente	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Qual é o risco residual geral da base de clientes como um todo? Considere a porcentagem de clientes de alto, médio e baixo risco e os controles em vigor para mitigar esses riscos. Considere também a porcentagem de clientes que podem ter maior risco específico do setor e risco de PEPs. Esse tipo de informação ajuda a administração a avaliar se a exposição atual ao risco da sua Entidade se encaixa na apetência pelo risco. Não identificar a proporção de clientes ativos por risco e tipo de setor pode causar lacunas nas tentativas de mitigar o risco apresentado por clientes de maior risco de forma eficaz.</p>

Pergunta 54 b	Produto	<p>Orientação Produtos diferentes têm riscos diferentes. Os controles de produto devem ser avaliados, por exemplo, Termos e Condições, entrega antecipada, pagamentos em nome dos clientes, natureza transfronteiriça, vendidos por intermediários. Qual porcentagem de produtos tem indicadores de risco mais altos?</p>
		<p>Pontos para Consideração A falta de conhecimento do risco de produtos e de quantos clientes utilizam esses produtos pode inibir os controles apropriados que foram implementados para esse produto.</p>
Pergunta 54c	Canal	<p>Orientação Exemplos de canais são presencial, fax, correio, transferência de imagens, internet banking, links de mainframe e SWIFT.</p>
		<p>Pontos para Consideração Considere os riscos associados à forma como a Entidade interage com os clientes. Avalie quais canais expõem a Entidade a riscos mais altos e determine a porcentagem de tais canais sendo utilizados, de modo que os controles associados sejam apropriados.</p>
Pergunta 54 d	Espaço Geográfico	<p>Pontos para Consideração Considere qual porcentagem de atividades envolve espaços geográficos de maior risco, o que permitirá à Entidade garantir que os controles são concebidos e implementados de forma adequada. Essa análise deve permitir a identificação de qualquer concentração de clientes (e suas partes conectadas/relacionadas) em países com maior probabilidade de risco de PLD e CFT e a proporção de pagamentos feitos de/para países de maior risco.</p>
Pergunta 55	A EWRA de PLD e CFT da Entidade cobre os componentes de eficácia dos controles detalhados abaixo:	<p>Orientação Controles são programas, políticas ou atividades implementadas para proteger contra a materialização de riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e para garantir sua pronta identificação. Cada controle deve ser avaliado quanto à sua concepção geral e à eficácia operacional. Os controles também são usados para manter o compliance e a conformidade com os regulamentos que regem as atividades.</p>
		<p>Pontos para Consideração O risco de os controles internos não serem avaliados periodicamente para determinar sua eficácia é que eles permanecerão estáticos e não compensarão efetivamente os riscos inerentes gerais identificados pela EWRA, ou por outros meios de avaliação de risco, à medida que a organização evolui.</p>
Pergunta 55 a	Monitoramento de Transações	<p>Pontos para Consideração Considere o tipo de monitoramento de transações aplicado a clientes, produtos, canais e espaços geográficos na organização e avalie sua adequação em relação aos riscos inerentes existentes. O monitoramento é automatizado ou manual? Considere se as regras e cenários são apropriados para sua base de clientes, incluindo se estão sujeitos a ajustes ou outros exercícios de validação. Considere se o monitoramento tático deve ser implementado onde existem lacunas na estrutura de monitoramento de transações.</p>

Pergunta 55 b	Devida Diligência do Cliente (CDD, na sigla para <i>Customer Due Diligence</i>)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere a eficácia dos requisitos e implementação da CDD, por exemplo, com que rapidez eles são aplicados, com que frequência os dados são atualizados, se são baseados em risco e indicadores de desempenho relacionados à execução da CDD em sua organização (por exemplo, a CDD é concluída no prazo e com um padrão de qualidade apropriado? As exceções são usadas adequadamente, etc.?). A falta de um programa eficaz de CDD pode impedir a Entidade de identificar adequadamente os clientes, atribuir classificações de risco e compreender o propósito das suas relações. O programa de CDD deve ser projetado para identificar elementos, incluindo exposição a sanções, fonte de fundos/patrimônio, mídia adversa/notícias negativas e exposição de PEPs e incluir disposições para que as Informações de CDD sejam atualizadas usando uma abordagem baseada no risco.</p>
Pergunta 55 c	Identificação de PEP	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere a eficácia da forma como os PEPs são identificados, com que regularidade esses clientes são monitorados, triados e seus perfis de Conheça Seu Cliente (KYC ou Know Your Client) atualizados. Relações com PEPs não identificadas podem fazer com que a classificação de risco seja incorreta e pode impedir que as medidas de EDD corretas estejam em vigor para mitigar qualquer risco potencial de crimes financeiros.</p>
Pergunta 55 d	Triagem (<i>screening</i>) de Transações	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere a eficácia de qualquer triagem de transações em relação a listas para além das listas de sanções (que são abordadas abaixo). Por exemplo, quaisquer listas de observação internas que são mantidas e em relação às quais as transações são rastreadas.</p>
Pergunta 55 e	Triagem (<i>screening</i>) de nomes contra mídia adversa/notícias negativas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Com que frequência os nomes dos clientes são analisados em relação à mídia adversa/notícias negativas? Quais fontes de notícias são usadas? A triagem cobre partes conectadas (como proprietários e diretores)? Quais procedimentos estão em vigor para determinar o que constitui eventos significativos e como eles devem ser processados e escalados? Que processos estão em vigor para responder a quaisquer perguntas do(s) seu(s) Correspondente(s) sobre meios de comunicação adversos/notícias negativas que afetem a sua Entidade ou os seus clientes? A falta de triagem de Mídia Negativa sobre os clientes pode resultar na falha em identificar o risco que eles representam para sua Entidade e resultar na necessidade de alterar a classificação de risco ou realizar mais diligências e, potencialmente, levar a uma saída.</p>

Pergunta 55 f	Treinamento e Educação	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere o volume, a qualidade e a frequência do treinamento fornecido e se a taxa de conclusão e sucesso estão documentadas. Considere também a frequência com que os materiais de treinamento são atualizados para que permaneçam úteis e relevantes. Treinamento direcionado, foco em funções-chave, utilização de exemplos práticos e estudos de caso são partes importantes de um treinamento eficaz. Um processo para classificar departamentos ou áreas de negócios permite a identificação de áreas de maior risco que podem exigir treinamento mais frequente ou especializado. Sem um treinamento eficaz, a primeira Linha de Defesa não estará equipada para identificar os riscos de FC de forma eficiente e a segunda linha não terá o conhecimento necessário para fornecer supervisão. A alta administração não estará em uma posição forte suficiente para cumprir suas responsabilidades e priorizar os principais controles. A educação também é um elemento-chave dos processos de controle, pois fornece atualizações regulatórias de forma regular, lições aprendidas com as multas do setor e mantém os temas de Prevenção à Crimes Financeiros na vanguarda das prioridades da organização.</p>
Pergunta 55 g	Governança	<p>Orientação</p> <p>Governança significa um conjunto de ferramentas documentadas, regulares e direcionadas para ajudar a gestão a cumprir suas responsabilidades de forma eficaz. Pode incluir, entre outros, reuniões, e-mails, apresentações, caminhos de escalonamento, funções e responsabilidades definidas por meio de 'termos de referência', entre outros.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Sua Entidade não deve apenas garantir que a governança apropriada esteja em vigor em relação aos controles de FC, mas também que incorpore provas documentadas de reuniões, decisões, discussões e escalonamentos, quando relevante. A menos que todos os principais estágios da estrutura de controle sejam documentados, eles não podem ser evidenciados e podem ser considerados inexistentes ou mais fracos pelos Auditores e Autoridades Reguladoras.</p>
Pergunta 55 h	Informações de Gestão	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere a qualidade das MIs geradas em relação aos controles de Prevenção à Crimes Financeiros e quão eficaz esse processo é. Diferentes tipos de MIs relacionados a PLD/CFT são produzidos em um banco. Algumas se concentrarão em tarefas diárias, ajudando a identificar erros/lacunas nos controles existentes. Outras serão desenvolvidas especificamente para a alta administração e ajudarão ela a ter uma visão geral de ponta a ponta do programa de Prevenção à Crimes Financeiros. A falta de MIs apropriadas e precisas (por exemplo, fontes de dados erradas, diferentes parâmetros utilizados para comparar as mesmas informações, datas inconsistentes, etc.), pode fazer com que a organização seja ineficaz na identificação de riscos ou gerar falhas no programa de Prevenção à Crimes Financeiros.</p>

Pergunta 56	A EWRA de PLD e CFT da Entidade foi conduzida nos últimos 12 meses?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Uma avaliação de risco que não é atualizada regularmente não pode servir como uma ferramenta para rastrear e destacar as mudanças na exposição ao risco, nos controles em vigor e em quaisquer desafios na gestão do risco de forma eficaz. Sem uma atualização regular, os riscos subjacentes poderiam ter mudado sem a supervisão adequada da administração. Sua Entidade deve decidir sobre a frequência apropriada da avaliação de risco para manter a relevância das descobertas e do programa de mitigação de risco. Se a avaliação de risco não for realizada anualmente, uma explicação deve ser fornecida.</p>
Pergunta 57	A EWRA de Sanções da Entidade cobre os componentes de risco inerente	<p>Orientação</p> <p>Para cada subpergunta, indique se esse componente está incluído na sua EWRA de Sanções como um risco inerente.</p>
Pergunta 57 a	Cliente	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Qual é a exposição geral ao risco residual relativo a sanções através da base de clientes e suas transações? Considera os riscos especiais colocados pelos clientes que transacionam com jurisdições que são proibidas à sua Entidade ou aos seus Correspondentes? Considera também quais limites são aceitáveis para a propriedade dos clientes pelas partes sancionadas? Esse tipo de informação ajuda a administração a avaliar se o risco de sanção da sua organização se encaixa na apetência pelo risco.</p>
Pergunta 57 b	Produto	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere fluxos de dados de ponta a ponta para todos os produtos, para que sua organização possa ter certeza de que todos os dados relevantes estão sendo capturados para triagem. Certos produtos (especialmente aqueles que incluem terceiros) podem ter grande exposição a riscos adicionais de Sanções se os controles não forem adequados à finalidade.</p>
Pergunta 57 c	Canal	<p>Orientação</p> <p>Exemplos de canais são presenciais, fax, correio, transferência de imagens, internet banking, links de mainframe e SWIFT.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Não entender os canais de entrega dos produtos e dos clientes e seus respectivos controles em relação à exposição às Sanções pode criar uma lacuna na eficácia do programa. Por exemplo, os clientes podem alterar a referência ou o endereço para evitar a identificação da conexão com Sanções pelos sistemas de triagem? Considere os riscos associados ao método de interação com o cliente. Avalie quais canais apresentam exposição a maiores riscos de sanções e determine a porcentagem de tais canais sendo utilizados, para que os controles sejam apropriados. Considere se algum desses canais oferece visibilidade reduzida às partes envolvidas.</p>

Pergunta 57 d	Espaço Geográfico	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere a exposição a sanções apresentada pela localização dos clientes e suas contrapartes. Particularmente aqueles próximos a jurisdições sancionadas. Essa análise deve permitir a avaliação dos controles necessários para evitar a facilitação de transações com jurisdições/entidades sancionadas.</p>
Pergunta 58	A EWRA de Sanções da Entidade cobre os componentes de eficácia dos controles detalhados abaixo:	<p>Orientação</p> <p>Os controles incluem programas, políticas ou atividades implementadas para mitigar os riscos de sanções, garantindo que os riscos potenciais sejam prontamente identificados. Cada controle deve ser avaliado quanto à sua concepção geral e à eficácia operacional. Os controles também são usados para manter o compliance e a conformidade com os regulamentos que regem as atividades.</p> <p>Se os controles internos não forem avaliados para determinar sua eficácia, isso aumentará o risco de que eles permaneçam estáticos e não compensem efetivamente os riscos inerentes gerais identificados pela EWRA à medida que sua organização evolui e oferece novos produtos ou serviços.</p>
Pergunta 58 a	Devida Diligência do Cliente (CDD, na sigla para <i>Customer Due Diligence</i>)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>O processo de CDD identifica se o cliente opera ou não em um país sancionado? O programa de devida diligência identifica possíveis propriedades do cliente em um país sancionado ou as relações comerciais do cliente com aqueles em países sancionados?</p> <p>Não concluir uma CDD completa pode criar riscos de sanções associados a novos clientes, deixando a Entidade aberta a questões relacionadas à regulamentação. Um CDD robusto ajudará na identificação de possíveis conexões dos clientes e suas principais partes interessadas com sanções.</p>
Pergunta 58 b	Governança	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Sua Entidade não deve apenas garantir que a governança apropriada esteja em vigor em relação aos controles de sanções, mas também que incorpore decisões e escalonamentos documentados, quando relevante. A menos que todos os principais estágios da estrutura de controle sejam documentados, eles não podem ser evidenciados e podem ser considerados inexistentes ou mais fracos pelos Auditores e Autoridades Reguladoras. A governança é crucial para a gestão do risco de sanções, para garantir a supervisão da alta administração de possíveis preocupações</p>
Pergunta 58c	Gestão de Listas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A Gestão de Listas é fundamental para a gestão do risco de sanções. Os processos para gerenciar as alterações nas listas relevantes são fundamentais para garantir que todas as partes e jurisdições sujeitas a sanções sejam devidamente identificadas. Listas de triagem desatualizadas podem levar a violações de sanções e falhas no escrutínio regulatório.</p>

Pergunta 58 d	Informações de Gestão	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere a qualidade das MIs geradas em relação aos controles de sanções e quão eficaz esse processo é para sua organização. Diferentes tipos de MIs são produzidas sobre as sanções. Algumas se concentrarão em tarefas diárias, ajudando a identificar erros/lacunas nos controles existentes. Outros serão desenvolvidos especificamente para a alta administração e ajudarão ela a ter uma visão geral de ponta a ponta do programa de sanções.</p>
Pergunta 58 e	Triagem (<i>sceening</i>) de Nomes	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Com que frequência sua Entidade seleciona os nomes dos clientes em relação às listas de sanções? A triagem cobre partes conectadas (como proprietários e diretores)? Quais procedimentos estão em vigor para determinar o que constitui eventos significativos e como eles devem ser processados e escalados? Não concluir a triagem precisa do nome das sanções pode levar a violações de sanções e preocupações regulatórias.</p>
Pergunta 58 f	Triagem (<i>sceening</i>) de Transações	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os processos de triagem de transações são eficazes na proteção contra violações de sanções? O resultado é usado para identificar quais clientes representam um risco de sanções? Os resultados dos processos de triagem de sanções estão vinculados aos processos de CDD/KYC para construir uma imagem mais completa do risco apresentado pelos clientes? Você considerou a triagem das transações que fluem para o seu Correspondente usando os requisitos de sanções dessa jurisdição? Como exemplo, se você não analisar a atividade em dólares americanos em relação à lista do OFAC, você estará exposto à possibilidade de que seu Correspondente em dólares americanos bloqueie/congele ou rejeite a transação de acordo com os regulamentos do OFAC.</p>
Pergunta 58 g	Treinamento e Educação	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere o volume, a qualidade e a frequência do treinamento fornecido e se a taxa de conclusão e sucesso estão documentadas. Considere também a frequência com que os materiais de treinamento são atualizados para que permaneçam úteis e relevantes. Treinamento direcionado, foco em funções-chave, utilização de exemplos práticos e estudos de caso são partes importantes de um treinamento eficaz. Um processo para classificar departamentos ou áreas de negócios identificaria áreas de maior risco que podem exigir treinamento mais frequente ou especializado.</p> <p>Sem um treinamento eficaz, a primeira Linha de Defesa não estará equipada para identificar os riscos de Sanções de forma eficiente e a segunda linha não terá o conhecimento necessário para fornecer supervisão. A alta administração não estará em uma posição forte suficiente para cumprir suas responsabilidades e priorizar os principais controles. A educação também é um elemento-chave dos processos de controle, pois fornece atualizações regulatórias de forma regular, lições aprendidas com as multas do setor e mantém os temas de Prevenção à Crimes Financeiros na vanguarda das prioridades da organização.</p>

Pergunta 59	A EWRA de Sanções da Entidade foi conduzida nos últimos 12 meses?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Uma avaliação de que não é atualizada regularmente não pode servir como uma ferramenta para rastrear e destacar as mudanças na exposição, nos controles em vigor e em quaisquer desafios na gestão do risco de forma eficaz. Sem uma atualização regular, os riscos subjacentes poderiam ter mudado sem a supervisão adequada da administração. Você deve decidir sobre a frequência apropriada da avaliação de risco de Sanções para manter a relevância das descobertas e do programa de mitigação de risco. Se a avaliação de risco não for realizada anualmente, uma explicação deve ser fornecida.</p>
7. KYC (Conheça Seu Cliente), CDD (Devida Diligência de Cliente) e EDD (Devida Diligência Aprimorada)		
Pergunta 62	A Entidade verifica a identidade do cliente?	<p>Orientação</p> <p>“Verificação de identidade” refere-se ao requisito de evidenciar as informações fornecidas por/em nome do cliente durante a CDD, conforme necessário. A falha em verificar a identidade de um cliente pode levar à realização inconsciente de negócios com indivíduos ou entidades que estão estabelecendo um relacionamento para fins de realização de atividades nefastas.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>O nível de verificação normalmente varia dependendo dos requisitos regulamentares, da classificação de risco do cliente e de outros elementos, como o tipo de verificação (documental/não documental) disponível. Embora haja abordagens diferentes, deve haver documentação consistente da justificativa para o nível de verificação. Onde as variações foram aplicadas, as etapas adicionais tomadas/implementadas para mitigar qualquer controle adicional devem ser documentadas.</p>
Pergunta 63	As políticas e procedimentos da Entidade estabelecem quando a CDD deve ser concluída, por exemplo, no momento da integração ou dentro de 30 dias?	<p>Orientação</p> <p>Considere não apenas os procedimentos/requisitos regulamentares de CDD, mas as exceções que podem ser aplicadas, incluindo o tempo permitido para que um cliente tenha seu perfil finalizado (aprovado) após ter estabelecido um relacionamento com a Entidade, se relevante. Considere os riscos para os perfis de clientes que estão atrasados para a revisão contínua. Um perfil que está atrasado por um longo período de tempo pode se tornar um risco considerável para o programa de Prevenção à Crimes Financeiros, pois as informações não estarão atualizadas e, portanto, não permitirão a identificação de sinalizadores de risco que são usados para determinar o nível de monitoramento necessário.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>A falta de políticas /procedimentos e controles relevantes para garantir que a devida diligência seja conduzida em tempo hábil expõe a Entidade ao risco de conduzir negócios com indivíduos ou entidades que são, ou que estão conectados a atores ilícitos. Como a porta de entrada para a atividade que flui para o Correspondente, quaisquer lacunas nos processos da Entidade farão com que o Respondente exponha o Correspondente a riscos elevados.</p>

Pergunta 64	Qual das seguintes opções a Entidade reúne e retém ao realizar a CDD? Selecione todas as opções aplicáveis:	<p>Orientação Para cada subpergunta, indique se a sua Entidade documenta esse componente como parte da CDD.</p>
Pergunta 64 a	Identificação do cliente	<p>Orientação Considere a eficácia dos controles com base nos tipos de clientes para identificá-los e verificá-los de forma adequada.</p>
		<p>Pontos para Consideração Conforme observado na Pergunta 62, a identificação e verificação de clientes são fundamentais para entender a que riscos a Entidade está exposta. Especificamente, esse controle é fundamental para mitigar o risco de que um cliente não seja realmente quem pretende ser.</p>
Pergunta 64 b	Atividade Esperada	<p>Orientação Isso pode incluir volumes, tipos de transações, jurisdições de/para as quais é provável que ocorram transações, tipos de entidades, frequência, produtos e valores. Considere a eficácia dos processos para obter, documentar e avaliar a atividade esperada dos clientes em relação à sua atividade real em intervalos regulares, ao longo da duração do relacionamento com o cliente. Consulte o Glossário para mais esclarecimentos.</p>
		<p>Pontos para Consideração A atividade esperada bem compreendida e documentada apoiará um processo eficaz de monitoramento de transações e minimizará o envolvimento desnecessário com o cliente e o atraso dos serviços. Além disso, dará suporte à identificação de padrões irregulares e tipo de pagamentos/transações.</p>
Pergunta 64 c	Natureza dos negócios/emprego	<p>Orientação Isso deve incluir todos os tipos de atividades geradoras de receita fornecidas/realizadas pelo cliente.</p>
		<p>Pontos para Consideração Além disso, ajuda na identificação de atividades de alto risco que o cliente pode estar realizando e que pode dar origem a um perfil de cliente diferente. Essas informações também ajudam a entender a origem dos fundos e as atividades transacionais do cliente.</p>
Pergunta 64 d	Estrutura de propriedade	<p>Orientação Refere-se à lista completa de acionistas, entidades intermediárias e UBOs, incluindo porcentagens de propriedade. Considere o nível de escrutínio realizado na estrutura de propriedade dos clientes com base no tipo de Entidade e classificação de risco do cliente e quão eficientes são os processos na identificação de potenciais riscos de crimes financeiros.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>As estruturas de propriedade (por exemplo, complexas) podem ser um dos principais contribuintes para riscos adicionais de crimes financeiros devido a uma série de elementos, como as jurisdições de constituição, a atividade comercial ou residência dos acionistas, a identidade dos acionistas ou controladores principais, a detenção de uma função política pública, conexão com sanções, atividades de maior risco e fonte de recursos de empresas que fazem parte da cadeia de propriedade.</p>
Pergunta 64 e	Uso de produtos	<p>Orientação</p> <p>Uso de produtos significa o tipo e o nível (por exemplo, valor/volume) de utilização dos produtos.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Certos produtos serão considerados de maior risco do que outros. Diferentes produtos expõem a sua organização a diferentes riscos devido ao volume permitido de transações, moedas associadas a eles, canais utilizados, complexidade, entre outros.</p> <p>Considere a eficácia dos processos ao avaliar a atividade esperada versus atividade real para cada produto, se aplicável.</p>
Pergunta 64f	Objetivo e natureza da relação	<p>Orientação</p> <p>O motivo do estabelecimento da relação e o tipo de relação, como banco de investimento ou private banking.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O objetivo da relação fornecerá uma justificativa para os produtos oferecidos ao cliente. Da mesma forma, a natureza da relação fornecerá contexto para quais produtos o cliente pode acessar em sua organização. Ambos ajudarão a construir uma compreensão do risco potencial que o cliente pode representar para a sua organização.</p>
Pergunta 64 g	Origem dos Fundos	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A origem dos fundos do cliente pode ser importante para permitir a compreensão de certas atividades e dos riscos de crimes financeiros que elas representam. O risco de não entender a fonte dos fundos é que sua Entidade não pode determinar razoavelmente se os fundos são de uma fonte legítima ou são consistentes com a fonte de patrimônio do cliente. Consulte o Glossário para mais informações.</p>
Pergunta 64 h	Origem do Patrimônio	<p>Pontos para Consideração</p> <p>O risco de não entender a origem do patrimônio do cliente é que não se pode determinar razoavelmente se o patrimônio foi obtido de uma fonte legítima ou se é consistente com a atividade comercial do cliente. Embora a fonte de recursos seja uma consideração em grande parte transacional, a fonte do patrimônio analisa mais amplamente a relação geral e como o patrimônio foi acumulado ao longo do tempo – especialmente para indivíduos com maior patrimônio líquido.</p> <p>Consulte o Glossário para mais informações.</p>

Pergunta 65	São identificados cada um dos seguintes:	Para cada subpergunta, indique se essas informações são identificadas como parte da CDD.
Pergunta 65 a	Propriedade beneficiária final	Pontos para Consideração A não identificação de todas as partes relevantes que têm influência e controle sobre uma organização pode levar à prestação de serviços de conta a atores ilícitos e/ou partes sujeitas a sanções.
Pergunta 65 a1	A propriedade beneficiária final é verificada?	Orientação Esta pergunta está questionando se sua Entidade verifica os UBOs dentro do limite de propriedade/controle definido por sua Entidade, por exemplo, 25% ou mais, 10% ou mais, etc.
		Pontos para Consideração Os acionistas e os UBOs podem ter influência direta sobre as operações dos clientes, o que, por sua vez, pode introduzir um crime financeiro na sua Entidade ao manter a relação com o cliente. É necessário entender quem são essas partes e identificar informações relevantes sobre elas. Dependendo de uma série de elementos, por exemplo, se são PEPs, os UBOs podem apresentar riscos diferentes. Embora possa não haver conotação negativa com esses riscos, seu Correspondente, da mesma forma, como parte de seu processo de CDD, pode precisar obter informações adicionais sobre os indivíduos /organizações por trás de seu cliente Banco Respondente, para avaliar o risco com precisão. Para entender melhor os riscos associados à Propriedade Beneficiária, consulte a Orientação do GAFI sobre Transparência e Propriedade Beneficiária . Considere se o processo faz verificações sobre o UBO (ou seja, individual), quando aplicável.
Pergunta 65 b	Signatários autorizados (quando aplicável)	Pontos para Consideração Conforme observado nas Perguntas 62 e 65 a, a não identificação de signatários autorizados pode levar à realização de negócios com indivíduos ou entidades que são, ou que estão conectados a, atores ilícitos ou estão sujeitos a sanções. Consulte o Glossário para mais informações.
Pergunta 65 c	Controladores Principais	Pontos para Consideração A falha em identificar os controladores principais pode levar à realização de negócios com indivíduos ou entidades que são, ou que se beneficiam de atores ilícitos sujeitos a sanções.
Pergunta 65 d	Outras partes relevantes	Orientação “Outras partes relevantes” significam qualquer outra Entidade ou indivíduo que de outra forma detenha uma propriedade significativa ou participação de controle sobre o cliente, por exemplo, autoridade para agir em nome do cliente (por exemplo, curadores).

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Conforme observado nas Perguntas 65 a e 65 b, a falha em identificar as partes relevantes (que têm poder de influência e/ou tomada de decisão) pode levar à realização de negócios com indivíduos ou entidades que são, ou que estão conectados a atores ilícitos ou sujeitos a sanções.</p>
Pergunta 66	<p>Qual é o limite mínimo (mais baixo) da Entidade aplicado à identificação da propriedade beneficiária?</p>	<p>Orientação</p> <p>Indique o menor limite de propriedade/controlado da sua Entidade obtido de seus clientes, com base na sua apetência pelo risco e nos requisitos regulamentares. Observe que, se "Outro (especifique a porcentagem)" estiver selecionado como resposta, você poderá digitar o valor da porcentagem na mesma caixa de texto das opções. "Menor" refere-se ao limite de propriedade aplicado à classificação de cliente de maior risco que sua Entidade implementa. Normalmente, quanto maior o risco de crime financeiro apresentado por um cliente Pessoa Jurídica, mais detalhados serão os requisitos necessários para a compreensão da propriedade da Pessoa Jurídica.</p>
Pergunta 67	<p>O processo de devida diligência resulta em clientes recebendo uma classificação de risco?</p>	<p>Orientação</p> <p>"Classificação de risco" refere-se ao cliente receber uma pontuação ou classificação de risco na avaliação da exposição potencial ao risco de crime financeiro.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>A não atribuição de uma classificação de risco aos clientes de forma adequada pode levar a um portfólio de clientes de maior risco que exceda a tolerância ao risco da sua Entidade. Além disso, ao não adotar uma abordagem baseada no risco, o foco em clientes de maior risco pode ser limitado.</p>
Pergunta 67 a	<p>Se Sim, quais fatores/critérios são usados para determinar a classificação de risco do cliente? Selecione todas as opções aplicáveis:</p>	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A avaliação de risco deve incluir vários fatores para considerar, de forma eficaz, vários aspectos de potenciais riscos de crimes financeiros. Um dos principais objetivos de determinar adequadamente a classificação de risco de crime financeiro de um cliente é estabelecer o perfil de risco apropriado de um cliente e o nível correspondente de devida diligência necessário.</p>
Pergunta 68	<p>Para clientes Pessoa Jurídica (não indivíduos) de alto risco, uma visita ao local faz parte do seu processo de KYC?</p>	<p>Orientação:</p> <p>Uma visita ao local refere-se à visita ao local físico das instalações comerciais operacionais de um cliente. O objetivo das visitas para fins de gestão de risco de crime financeiro normalmente inclui verificar se o cliente de fato tem uma localização e um negócio operacional. Também devem ser consideradas as circunstâncias em que seria suficiente realizar visitas virtuais ao local onde a visita física ao local pode não ser possível. Em certas circunstâncias, uma visita ao local também pode ser usada para avaliar os controles operacionais e os processos de gestão de risco do cliente e estabelecer relacionamentos com a equipe de administração. Também pode ser usada para realizar a avaliação necessária dos controles de PLD/CFT e Sanções do cliente no caso de relações de Banco Correspondente.</p>

		<p>Pontos para Consideração: A não realização de uma visita ao local para certos relacionamentos com clientes de maior risco pode levar ao estabelecimento de uma relação com uma empresa de fachada, resultando na integração inconsciente de entidades que poderiam estar estabelecendo uma relação para fins de realização de atividades nefastas ou que se beneficiam de atores ilícitos.</p> <p>A necessidade de visitas ao local normalmente varia dependendo dos requisitos regulatórios, da classificação de risco do cliente, do tipo de entidade e de outros elementos, como o tipo de verificação usado para confirmar a existência das operações de um cliente.</p>
Pergunta 68 a	Se Sim, quando:	<p>Orientação</p> <p>Se a resposta à pergunta 68 for "SIM", indique o que motiva a visita ao local.</p>
Pergunta 69 a3	Revisão Motivada por Evento desencadeador	<p>Orientação</p> <p>A resposta deve indicar quando uma visita ao local é realizada, na integração ou durante a relação com os clientes. Um evento desencadeador (um risco potencial de crime financeiro identificado durante a relação com o cliente) pode causar uma revisão da devida diligência e da classificação de risco do cliente. Pode ser uma mudança de propriedade, evento de mídia adversa/notícias negativas, uma investigação de sanções ou monitoramento de transações, risco material de crime financeiro, uma mudança nos produtos e serviços utilizados pelo cliente ou o cliente mudar seu domicílio para outro país, entre outros.</p>
Pergunta 70	Qual é o método usado pela Entidade para rastrear Mídias Adversas/Notícias Negativas?	<p>Orientação</p> <p>Informações adversas/notícias negativas são informações que sugerem que pode haver riscos de reputação ou de crime financeiro no estabelecimento ou na manutenção de uma relação com uma determinada Entidade ou indivíduo. O rastreamento de informações adversas refere-se ao rastreamento de potenciais notícias negativas e outras informações negativas identificadas em relação aos clientes da sua Entidade e à gestão de alertas gerados.</p>
Pergunta 70	Automatizado/Manual/Combinação	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os métodos para triagem dos clientes em busca de mídia adversa/notícias negativas devem ser projetados para fornecer cobertura, revisão e decisão adequadas de resultados potenciais e devem ser adaptados à base de clientes e aos perfis de risco. O método pode ser manual durante a integração ou revisão do cliente, automatizado com triagem ocorrendo em um ciclo predeterminado ou qualquer combinação de automatizado e manual. A falha em identificar e avaliar informações adversas/notícias negativas sobre os clientes pode resultar no estabelecimento ou manutenção de uma relação com uma Entidade ou indivíduo indesejável, que poderia não ocorrer se a mídia adversa/notícias negativas tivesse sido identificada e avaliada. O método de triagem deve ser proporcional ao tamanho da sua Entidade.</p> <p>A automatização é normalmente obtida por meio de um feed automatizado e regular de dados em uma ferramenta de triagem que realizará verificações de correspondência de nomes em relação aos dados e gerará "alertas" para a equipe do banco revisar. Manual é em referência à triagem que não é automatizada. A combinação é uma mistura de automatizado e manual.</p>

Pergunta 71	A Entidade tem uma abordagem baseada no risco para triagem de clientes e partes conectadas para determinar se eles são PEPs ou controlados por PEPs?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A triagem de nomes, incluindo a identificação de PEPs, pode aumentar a capacidade de avaliar os riscos associados a clientes que são potencialmente de maior risco como resultado da associação com PEPs. A triagem deve ser baseada no risco, a menos que os regulamentos locais determinem o contrário. Também leva em consideração a natureza contínua das mudanças políticas e considera os requisitos para a revisão contínua dos clientes para possíveis mudanças de status.</p>
Pergunta 71 a	Se Sim, quando:	<p>Orientação</p> <p>Se a sua resposta à pergunta 71 for "SIM", indique quando ocorre a triagem.</p>
Pergunta 71 a3	Revisão Motivada por Evento desencadeador	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Um evento desencadeador (um risco potencial de crime financeiro identificado durante a relação com o cliente) pode causar uma revisão imediata da devida diligência e da classificação de risco do cliente. Pode ser uma mudança de propriedade, evento de mídia adversa/notícias negativas, uma investigação de sanções ou monitoramento de transações, risco material de crime financeiro, uma mudança nos produtos e serviços utilizados pelo cliente ou o cliente mudar seu domicílio para outro país, entre outros.</p>
Pergunta 72	Qual o método utilizado pela Entidade para triagem de PEPs?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os métodos para triagem dos clientes para identificação de PEPs devem ser projetados para fornecer cobertura, revisão e decisão adequadas de resultados potenciais e devem ser adaptados à base de clientes.</p>
Pergunta 73	A Entidade possui políticas, procedimentos e processos para revisar e escalar possíveis correspondências de triagem de clientes e partes conectadas para determinar se eles são PEPs ou controlados por PEPs?	<p>Orientação</p> <p>Esta pergunta está questionando se a sua Entidade tem um processo documentado em políticas e procedimentos que definem como um funcionário pode emitir um alerta ou escalar ocorrências de triagem de relações com PEPs e exposição de PEPs. Quando os alertas são identificados, deve haver um processo claro e definido para escalonamento, investigação, relatórios e qualquer outra ação necessária como consequência do resultado da investigação.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>No escalonamento, considere se a imposição de monitoramento adicional de transações é apropriada para clientes identificados como tendo exposição de PEP e se uma revisão de CDD deve ser acionada para determinar se a classificação de risco do cliente é proporcional ao risco real.</p>
Pergunta 74	O KYC é renovado em frequências definidas com base na classificação de risco (Revisões Periódicas)?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A falta de processos para revisar e atualizar as informações dos clientes periodicamente pode deixar a Entidade exposta a alterações desconhecidas nos perfis dos clientes e riscos associados.</p>
Pergunta 75	A Entidade mantém e faz relatórios de métricas sobre revisões de devida diligência (atuais e passadas) periódicas ou causadas por eventos desencadeadores?	<p>Orientação</p> <p>Esta pergunta se concentra na governança e na conclusão oportuna de revisões de KYC/CDD, periódicas ou causadas por eventos desencadeadores, da base de clientes da sua Entidade, e no fornecimento de MIs para que a Alta Administração seja informada sobre problemas de controle, por exemplo, atrasos, acúmulos.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Um conjunto abrangente de métricas, incluindo os principais indicadores de risco e os principais indicadores de desempenho, é necessário para fornecer uma visão completa do programa de KYC e permitir que sua Entidade identifique tendências e áreas de preocupação potencial, incluindo, entre outros, atrasos que podem levar à não identificação do risco introduzido ao longo do relacionamento. As métricas que fornecem uma visão geral das revisões anteriores e atuais, tanto periódicas quanto causadas por algum evento desencadeador, fornecerão a oportunidade de avaliar o progresso, a eficácia e as preocupações potenciais relacionadas às revisões de devida diligência do cliente</p>
Pergunta 76	<p>Da lista abaixo, quais categorias de clientes ou indústrias estão sujeitas à EDD e/ou são restritas ou proibidas pelo programa de Prevenção à Crimes Financeiros da sua Entidade?</p>	<p>Orientação</p> <p>Esta pergunta se concentra em saber se sua Entidade exige que certos tipos de clientes estejam sujeitos à EDD obrigatória, sujeitos a limitações de atividade que sua Entidade apoiará ("restrições*"), ou se as relações comerciais com esses tipos de clientes são proibidas** devido a preocupações relacionadas a riscos de crimes financeiros. A EDD e/ou restrições são uma maneira de aumentar a supervisão e mitigar o risco potencial de ter fundos gerados a partir de origens ilícitas.</p> <p>* Atividades restritas são atividades que a sua Entidade classificou como "restritas" devido aos seus requisitos regulamentares/legais ou apetência pelo risco limitada. Atividades restritas podem ser aceitáveis pela sua Entidade com controles adicionais em vigor (colocados pelo seu cliente e/ou pela sua Entidade).</p> <p>** Atividades proibidas referem-se a atividades que a sua Entidade classificou como "proibidas" devido aos seus requisitos regulamentares/legais ou devido ao não cumprimento da apetência pelo risco de PLD da sua Entidade. Atividades proibidas não são aceitáveis pela Entidade e podem fazer com que o cliente seja rejeitado ou desligado, com base na abordagem baseada no risco da Entidade.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Certas categorias de clientes representam maior risco de crime financeiro e devem estar sujeitas à EDD. A falha em identificar essas categorias de clientes e realizar a EDD associada pode levar a uma avaliação incorreta do risco apresentado por uma determinada categoria de clientes e a um monitoramento ineficaz. O Respondente deve estar ciente de que o Correspondente pode ter desenvolvido uma apetência pelo risco aceitável que pode afetar a aceitação de fluxos de certas categorias de clientes.</p>
Pergunta 76 a	<p>Armas, defesa, militar</p>	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Esses clientes incluem empresas, governos, departamentos militares e outras entidades que fabricam, vendem, compram ou usam armas para fins defensivos ou ofensivos, incluindo quaisquer intermediários nesta atividade. Armas, defesa e bens militares podem chegar a terroristas ou entidades sancionadas. As armas podem ser consideradas como representando risco reputacional. Os contratos de defesa podem ser grandes e envolver funcionários do governo, o que pode dar origem a riscos de suborno e corrupção.</p> <p>A EDD e/ou restrições são uma forma de aumentar a supervisão e mitigar ou gerenciar o risco potencial de ter fundos passando por contas geradas a partir desse tipo de atividade, de origens ilícitas.</p>

Pergunta 76 b	Bancos Respondentes	<p>Pontos para Consideração</p> <p>O correspondente bancário traz consigo o risco de que a conta mantida por um respondente em um correspondente seja usada não apenas para a atividade proprietária do respondente, mas também para a atividade dos clientes do respondente. O Correspondente realizará a CDD em seu cliente (sua Entidade), mas não nos clientes da sua Entidade, o que cria riscos para o Correspondente nessa atividade que está fluindo através dele para partes das quais ele pode não ter conhecimento direto.</p>
Pergunta 76 b1	Se EDD ou restrito, a avaliação de EDD contém os elementos estabelecidos nos Princípios do Wolfsberg para Correspondentes Bancários de 2022?	<p>Orientação</p> <p>Para mais informações, consulte os Princípios para Correspondentes Bancários.</p>
Pergunta 76 c	Embaixadas/Consulados	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Existem casos bem divulgados no domínio público que ilustram alguns dos desafios colocados por bancos em embaixadas no mínimo, é provável que uma embaixada apresente riscos semelhantes representados por entidades governamentais bancárias no país da embaixada, incluindo o envolvimento de PEPs. Pode haver possíveis sinais de alerta sobre como a conta é financiada (por meio de contas pessoais), o uso da conta e as transações processadas. Consulte o Glossário para obter mais informações.</p>
Pergunta 76 d	Indústrias extrativas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Indústrias extrativas referem-se a indústrias envolvidas na extração e gestão de petróleo, gás, minerais, metais, carvão, pedreiras, pedras preciosas e outros recursos naturais.</p> <p>A indústria extrativa (por exemplo, mineração, petróleo) pode representar riscos adicionais, como suborno e corrupção, danos ambientais, bem-estar dos funcionários, entre outros.</p>

Pergunta 76 e	Cientes de jogos de azar	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A indústria de jogos de azar pode ser uma indústria que lida com muito dinheiro e pode ou não ter requisitos regulatórios semelhantes aos dos bancos sobre como lidar com dinheiro e relatar atividades suspeitas. Sua Entidade deve revisar cuidadosamente seus clientes do setor de jogos de azar para desenvolver uma compreensão completa de seu ambiente de controle e do risco que eles apresentam. Também deve ser considerado se a sua Entidade proíbe ou restringe certas atividades, como empresas de jogos de azar não licenciadas. Os bancos correspondentes podem adotar uma abordagem diferente para essas classificações com base em sua apetência pelo risco. Para mais informações, consulte o Glossário.</p>
Pergunta 76 f	Empresas Comerciais Gerais	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As empresas de comerciais gerais negociam uma infinidade de commodities e podem alterar os produtos que compram/vendem ou oferecem ao longo do tempo. Em alguns casos, as mudanças em sua linha de negócios ou ofertas de produtos podem ser repentinas ou frequentes devido às condições de mercado, o que dificulta também o estabelecimento de um perfil de cliente e a determinação da atividade esperada. Além disso, as empresas comerciais gerais podem ser usadas como empresas de fachada por atores ilícitos para disfarçar a origem ilegal do produto do crime, misturando os fundos ilícitos com os fundos das empresas comerciais gerais.</p>
Pergunta 76 g	Entidades relacionadas à maconha	<p>Orientação</p> <p>Considere se as indústrias relacionadas à maconha e/ou de maconha em si são permitidas ou não na jurisdição do Correspondente e se existem os controles apropriados para evitar que as transações relacionadas fluam através desse banco, se necessário.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Negócios relacionados à maconha podem se referir a entidades envolvidas no cultivo, venda e distribuição de qualquer forma de maconha e também podem se referir a negócios relacionados que apoiam essa atividade. Essa classificação variará com base na jurisdição e na apetência pelo risco do banco correspondente.</p>
Pergunta 76 h	Cientes de MSB/MVTS	<p>Pontos para Consideração</p> <p>MSBs e MVTSs podem estar sujeitos a diferentes requisitos regulatórios e/ou supervisão e vigilância e, portanto, podem representar um nível diferente de risco. Muitas vezes, não há relacionamento contínuo entre o MSB/MVTS e o cliente subjacente, o que dificulta o monitoramento de atividades suspeitas. Essas empresas podem lidar com bastante dinheiro e fornecer serviços a indivíduos sem conta bancária. MSBs/MVTSs não licenciados apresentam risco aumentado, são de particular preocupação e podem ser descritos usando uma variedade de termos específicos, incluindo hawala, hundi e fei-chen. Consulte o Glossário para mais informações.</p>

Pergunta 76 i	Cientes Sem Conta	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Considere a quais categorias de clientes sem conta sua Entidade pode estar exposta e quais riscos eles podem trazer. Para os fins desta pergunta, "clientes sem conta" referem-se a partes que usam serviços, mas não passam por um processo de devida diligência de integração e não mantêm um relacionamento contínuo com o banco.</p>
Pergunta 76 j	Organizações Não Governamentais (ONGs)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Embora a grande maioria das ONGs não seja utilizada para atividades ilícitas, é necessário tomar medidas para identificar quaisquer valores atípicos devido ao risco de as ONGs, da mesma forma que as instituições de caridade, serem usadas como fachada para atividades terroristas. As ONGs também podem ser configuradas como organizações legítimas que indiretamente apoiam atividades terroristas. Compreender a natureza das atividades das entidades é uma etapa importante da devida diligência. Para mais informações, consulte o Glossário.</p>
Pergunta 76 k	Cientes não residentes	<p>Orientação</p> <p>Cientes fora das jurisdições em que a sua Entidade opera podem apresentar riscos adicionais. É importante entender as razões comerciais pelas quais um cliente localizado em uma jurisdição diferente precisaria de uma conta e o objetivo de tal conta. Todos os requisitos de devida diligência devem ser aplicados a clientes não residentes. E uma EDD pode ser necessária dependendo do risco percebido.</p>
Pergunta 76 l	Energia nuclear	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Energia nuclear refere-se a uma forma de energia produzida por uma reação nuclear, capaz de produzir uma fonte alternativa de energia elétrica àquela fornecida por carvão, gás ou petróleo. A energia nuclear envolve o risco de tecnologia de uso duplo (armas) e o potencial de risco reputacional e de lavagem de dinheiro. A EDD e/ou restrições são uma forma de aumentar a supervisão e mitigar o risco potencial de ter fundos de origens ilícitas passando por contas geradas a partir desse tipo de atividade.</p>
Pergunta 76 m	Prestador de Serviços de Pagamento (PSPs, na sigla para <i>Payment Service Providers</i>)	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Ao contratar os serviços de um PSP, um comerciante torna-se menos dependente de FIs para gerir transações. Os clientes de PSP processam transações através das contas dos seus clientes subjacentes que não são submetidos à devida diligência pela sua Entidade. Os pagamentos também podem carecer de transparência quanto aos originadores e/ou beneficiários finais se forem processados em massa. Os requisitos de registro e licenciamento podem diferir em várias jurisdições e um entendimento do requisito específico para o PSP deve ser realizado. Para mais informações, consulte o Glossário.</p>
Pergunta 76 n	PEPs	<p>Orientação</p> <p>Para obter mais informações, consulte a Orientação do Wolfsberg sobre PEPs.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>As PEPs podem ser suscetíveis à corrupção como resultado de um cargo eleito ou nomeado, o que lhes confere uma posição de influência e poder, bem como acesso a fundos públicos.</p>
Pergunta 76 o	Associados Próximos à PEP	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os Associados Próximos da PEP incluem os colegas de negócios próximos ou consultores pessoais amplamente e publicamente conhecido de uma PEP, em particular pessoas que atuam em uma capacidade fiduciária financeira. Os associados próximos da PEP podem ser suscetíveis à corrupção como resultado da conexão com uma PEP.</p>
Pergunta 76 p	Vinculados à PEP	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Vinculados à PEP refere-se a familiares próximos de uma PEP. Indivíduos relacionados à PEP (membros da família imediata) podem ser suscetíveis à corrupção como resultado da conexão com uma PEP.</p>
Pergunta 76 q	Metais e pedras preciosas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Os criminosos podem usar fundos ilícitos para compras de metais e pedras preciosas, apresentando maior risco para os bancos envolvidos nas transações. A EDD e/ou restrições são uma forma de aumentar a supervisão e mitigar o risco potencial de ter fundos que passam pelas contas da sua Entidade gerados a partir deste tipo de atividade, de origens ilícitas. Para mais informações, consulte o Glossário.</p>
Pergunta 76 r	Empreendimentos Entretenimento para adultos	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Na maioria das jurisdições, os empreendimentos de "luz vermelha" e o entretenimento adulto são considerados uma indústria de alto risco para crimes financeiros. Do bem-estar das pessoas no empreendimento à fonte dos fundos, o potencial de fundos ilícitos serem processados por meio dessa indústria é alto. Além disso, as atividades de tráfico de seres humanos também estão associadas a esta indústria. O Empreendimento de "luz vermelha"/Entretenimento para adultos também é conhecido por lidar com bastante dinheiro, adicionando riscos adicionais de rastreabilidade. Se a sua Entidade tiver tais clientes, considere se os recursos de EDD e as restrições são suficientes para mitigar tais riscos. Esse tipo de empreendimento pode expor tanto o Correspondente quanto o Respondente a uma série de riscos de crime financeiro, além de ser muitas vezes uma atividade baseada em dinheiro em cédula e não licenciada/não regulamentada. O risco reputacional em potencial também é uma preocupação adicional que requer controles para mitigá-lo. Para mais informações, consulte o Glossário.</p>

Pergunta 76 s	Instituições de caridade regulamentadas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Instituições de caridade regulamentadas representam menos riscos de crime financeiro do que instituições de caridade não regulamentadas. No entanto, eles ainda podem apresentar riscos se os contribuintes forem entidades desconhecidas e se os destinatários estiverem em locais com controles de crime financeiro menos rigorosos. A EDD e/ou restrições são uma forma de aumentar a supervisão e mitigar o risco potencial de ter fundos passando por contas geradas a partir desse tipo de atividade (ou seja, origens ilícitas). Compreender a natureza das atividades das entidades é uma etapa importante da devida diligência. Embora a grande maioria das instituições de caridade não seja utilizada para atividades ilícitas, é necessário tomar medidas para identificar quaisquer valores atípicos. Para mais informações, consulte o Glossário.</p>
Pergunta 76 t	Bancos de Fachada	<p>Pontos para Consideração</p> <p>Verificou-se que os bancos de fachada são usados para facilitar a realização de crimes financeiros, pois não há supervisão regulatória devido à falta de presença física. Fazer negócios com bancos de fachada é proibido na maioria das jurisdições. Para mais detalhes, consulte o Glossário e a Recomendação 13 do GAFI.</p>
Pergunta 76 u	Empresas de viagens e turismo	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As empresas de viagens e turismo apresentam o risco de serem usadas para pagar despesas de viagem e despesas relacionadas a viagens com fundos ilícitos.</p>
Pergunta 76 v	Instituições de caridade não regulamentadas	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As instituições de caridade não regulamentadas podem não estar sujeitas a qualquer supervisão do governo/organização autorreguladora, tornando-as um alvo fácil para a transferência de receitas ilícitas. A EDD e/ou restrições são uma forma de aumentar a supervisão e mitigar o risco potencial de ter fundos passando por contas da sua Entidade geradas a partir desse tipo de atividade (ou seja, origens ilícitas). É importante entender em que circunstâncias as instituições de caridade devem ser regulamentadas para determinar se uma instituição de caridade que é um cliente está devidamente constituída. Além disso, a jurisdição de operação também pode afetar o perfil de risco da instituição de caridade.</p>
Pergunta 76 w	Concessionárias de carros usados	<p>Pontos para Consideração</p> <p>É uma tipologia conhecida que as empresas criminosas muitas vezes compram carros e depois os revendem por dinheiro limpo. As concessionárias de carros usados podem ser a rota preferida para isso e, portanto, podem ser suscetíveis à lavagem de dinheiro por criminosos que compram carros usados (muitas vezes com dinheiro) como forma de lavar dinheiro ilícito. Em algumas jurisdições, a concessionária de carros usados pode não estar sujeita a quaisquer regulamentos ou requisitos de relatórios de transações em dinheiro.</p>
Pergunta 76 x	Prestadores de Serviços de Ativos Virtuais	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As moedas virtuais podem não ter transparência para as partes envolvidas e/ou podem ter sido usadas para crime financeiro. O espaço da moeda virtual é uma área em rápida evolução, com diferentes níveis de supervisão regulatória e considerável mídia adversa/notícias negativas sobre o uso por atores ilícitos. Para mais informações, consulte o Glossário.</p>

Pergunta 77	Se restrito, forneça detalhes da restrição	<p>Orientação</p> <p>Sua Entidade opta por limitar os tipos de negócios que fará com clientes específicos. O monitoramento eficaz de tais restrições e a documentação dos controles relacionados à restrição são essenciais para demonstrar a eficácia dos controles. Um exemplo de restrição pode ser a prestação de serviços de compensação para pagamentos proprietários, mas não para pagamentos de terceiros.</p>
Pergunta 78	A EDD requer aprovação da alta administração de negócios e/ou de compliance?	<p>Orientação</p> <p>Esta questão refere-se a um procedimento documentado como parte do processo de EDD do banco, que exige que a aprovação da alta administração dos negócios e/ou das funções de compliance seja necessária para estabelecer ou continuar (para clientes existentes) um relacionamento comercial com certas categorias de clientes de alto risco (conforme definido pela apetência pelo risco e/ou padrões e normas do banco).</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O que constitui a alta administração de negócios dependerá do tamanho, estrutura e natureza da Instituição financeira. No entanto, o objetivo é garantir que os indivíduos da gerência de nível mais alto estejam cientes e aceitem os relacionamentos com certas categorias de clientes de alto risco como parte do processo de EDD.</p>
Pergunta 79	A Entidade possui procedimentos específicos para a integração de entidades que lidam com dinheiro do cliente, como advogados, contadores, consultores, agentes imobiliários?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As contas de prestadores de serviços profissionais permitem transações comerciais contínuas com vários clientes e sua Entidade não tem uma relação direta ou conhecimento dos proprietários beneficiários desses tipos de contas, que podem ser um grupo de pessoas físicas e jurídicas em constante mudança. Como acontece com qualquer conta que apresente risco de terceiros, o banco pode ser mais vulnerável a possíveis abusos de lavagem de dinheiro. Alguns exemplos potenciais de abuso podem incluir lavagem de moeda ilícita, estruturação de depósitos e saques em moeda e abertura de qualquer conta de terceiros com o objetivo principal de mascarar a identidade do cliente subjacente.</p>
Pergunta 80	A Entidade realiza um controle adicional ou revisão de qualidade em clientes sujeitos a EDD?	<p>Orientação</p> <p>Se a resposta for "SIM", relacionada a controles adicionais, forneça informações na Pergunta 82.</p>

8. Monitoramento & Comunicações às Autoridades		
Pergunta 83	A Entidade possui políticas, procedimentos e processos de monitoramento baseados em risco para a identificação e relatos de atividades suspeitas?	Orientação A sua Entidade deve ter em vigor procedimentos e controles em conformidade com os regulamentos de PLD/CFT para mitigar e gerir de forma eficaz os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo que a sua Entidade enfrenta, bem como os sinais de alerta de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo relevantes para a sua Entidade e para o setor da indústria. Uma abordagem baseada no risco permite priorizar recursos em áreas de maior risco de PLD/CFT.
		Pontos para Consideração A falta de políticas e procedimentos pode levar a práticas inconsistentes e ao não cumprimento dos requisitos regulamentares de relatórios.
Pergunta 84	Qual é o método utilizado pela Entidade para monitorar transações em busca de atividades suspeitas?	Orientação O método de monitoramento de transações para supervisionar atividades suspeitas deve ser proporcional ao tipo e volume de transações realizadas, a fim de mitigar os riscos de lavagem de dinheiro de forma eficaz.
		Pontos para Consideração As soluções automatizadas serão mais adequadas para atividades de alto volume, enquanto o monitoramento manual pode ser suficiente para volumes mais baixos e/ou em situações em que pode ser difícil carregar todos os dados relevantes em um sistema automatizado, por exemplo, com um monitoramento da atividade de carta de crédito documental. Independentemente de um sistema automatizado ser usado ou não, a vigilância humana continua sendo fundamental. A avaliação contínua do processo de monitoramento manual de transações existente é importante, e deve-se considerar sua eficácia versus o risco que elas representam.
Pergunta 84 a	Se for selecionado manual ou combinação, especifique que tipo de transações são monitoradas manualmente	Orientação Forneça mais informações sobre o uso do monitoramento manual.
Pergunta 84 b	Se for selecionado automatizado ou combinação, o sistema interno ou as ferramentas de fornecedores são usadas?	Pontos para Consideração Quando for usada uma solução interna ou de fornecedor, sua Entidade deve avaliar sua adaptabilidade para cobrir suas atividades e os riscos de PLD/CFT envolvidos, a frequência das atualizações e as limitações. A flexibilidade e a escalabilidade de uma solução são de extrema importância, pois os riscos subjacentes ao monitoramento de transações estão evoluindo. Além disso, é importante poder criar uma trilha de auditoria para ter uma compreensão clara da solução selecionada e, potencialmente, mostrá-la às autoridades competentes.

Pergunta 84 b2	<p>Quando a ferramenta foi atualizada pela última vez?</p> <ul style="list-style-type: none"> • < 1 ano • 1-2 anos • Outro - Explique na Pergunta 91 	<p>Orientação O monitoramento eficaz requer revisão e atualização regulares dos parâmetros ou critérios usados para gerar relatórios de monitoramento ou emitir alertas. A avaliação regular da eficácia também deve ser feita no sistema de monitoramento de transações da sua Entidade (incluindo atualizações de fornecedores) para levar em consideração as mudanças nas operações comerciais e os desenvolvimentos nos métodos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (novos cenários). Quaisquer melhorias no sistema devem ser devidamente documentadas.</p> <p>Pontos para Consideração Atualizações insuficientes podem impedir a detecção de novas tendências de lavagem de dinheiro ou financiamento.</p>
Pergunta 84 b3	<p>Quando o aplicativo automatizado de Monitoramento de Transações foi calibrado pela última vez?</p> <ul style="list-style-type: none"> • No último ano • Nos últimos 2 anos • Outro - Explique (na pergunta 91) 	<p>Orientação As instituições financeiras precisam revisar e personalizar, se relevante, os parâmetros e limites em relação ao nível de atividade dos clientes e não podem usar uma calibração pronta para uso. Uma metodologia e uma trilha de auditoria das mudanças nos ajustes devem ser mantidas e aprovadas pelo MLRO para serem potencialmente apresentadas às autoridades competentes.</p> <p>Pontos para Consideração Os sistemas de monitoramento de transações devem ser ajustados regularmente para ajustar os limites à evolução da atividade transacional e levar em consideração os alertas históricos e os Relatórios de Atividades Suspeitas (SARs, <i>Suspicious Activity Reports</i>). As instituições financeiras devem revisar, testar e refinar periodicamente suas regras de monitoramento de transações para garantir que permaneçam atuais e eficazes na segmentação de transações, comportamentos e novas tendências de PLD/CFTP mais arriscadas.</p>
Pergunta 85	<p>A Entidade possui requisitos regulatórios para relatar transações suspeitas?</p>	<p>Pontos para Consideração Espera-se que as autoridades reguladoras locais implementem a Recomendação 20 do GAFI (e seu aviso interpretativo).</p>
Pergunta 85 a	<p>Se Sim, a Entidade possui políticas, procedimentos e processos para cumprir os requisitos de relatórios suspeitos?</p>	<p>Orientação Esses procedimentos devem definir o processo e os critérios para relatar uma suspeita, bem como o momento do arquivamento de SARs e seu conteúdo. Controles devem ser aplicados para detectar e remediar possíveis violações.</p>

Pergunta 86	A Entidade possui políticas, procedimentos e processos para revisar e escalar assuntos decorrentes do monitoramento de transações e atividades de clientes?	<p>Orientação</p> <p>Essas políticas devem descrever qual ação de escalonamento tomar quando o cliente estiver sujeito a um SAR, a fim de evitar a repetição de transações suspeitas. Considere o método de escalonamento, trilha de auditoria, qualidade da revisão de escalonamentos e tomada de decisão. O MLRO deve ser informado dos incidentes de PLD/CFT relacionados ao monitoramento de transações, a fim de garantir que medidas corretivas sejam tomadas. Esse entendimento demonstrará a eficiência/eficácia de como sua Entidade gerencia o monitoramento da atividade do cliente. As políticas e procedimentos devem garantir a visibilidade da alta administração do volume de escalonamento e atrasos para garantir o compliance e a conformidade com a lei local.</p>
Pergunta 87	A Entidade possui um programa de gestão da qualidade de dados para garantir que os dados completos de todas as transações estejam sujeitos a monitoramento?	<p>Orientação</p> <p>A qualidade dos dados é um pré-requisito para o bom funcionamento dos sistemas de monitoramento de transações. Sua Entidade deve revisar periodicamente a integridade e a validade dos dados usados em seus sistemas de monitoramento de transações – por exemplo, por meio da realização de verificações de integridade de dados para garantir que os dados estejam sendo capturados de forma completa e precisa nos sistemas de origem e transmitidos para os seus sistemas de monitoramento de transações. Controles apropriados ou revisões periódicas devem ser conduzidos para identificar regras ou cenários de monitoramento de transações com funcionamento anormal (variação de volume anormal em transações e alertas) e garantir que quaisquer irregularidades causadas por problemas de integridade de dados sejam corrigidas adequadamente.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Quaisquer irregularidades podem levar a deixar a atividade ilícita não identificada sem vigilância e, conseqüentemente, acabar por ser incapaz de emitir um SAR quando apropriado.</p>
Pergunta 88	A Entidade possui processos em vigor para responder a Solicitações de Informações (RFI, <i>Request For Information</i>) de outras entidades em tempo hábil?	<p>Orientação</p> <p>Considere os processos e normas em vigor para amparar as Solicitações de Informações (RFIs) recebidas. Considere também como essas solicitações são tratadas – elas também podem ser usadas como um aviso para iniciar a investigação sobre a atividade/cliente subjacente pela sua Entidade?</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>O fornecimento de informações adicionais em resposta às RFIs enviadas à Entidade por outros bancos dá suporte aos processos de investigação de outras instituições e servem para demonstrar a qualidade dos processos de controle do destinatário da RFI. Atrasos na resposta às RFIs do Correspondente podem afetar a forma como o Correspondente vê a eficácia do programa de Prevenção à Crimes Financeiros da sua Entidade.</p>
Pergunta 89	A Entidade possui processos em vigor para enviar Solicitações de Informações (RFIs) aos seus clientes em tempo hábil?	<p>Orientação</p> <p>No caso de falta de informações ou determinação da finalidade do pagamento, uma RFI garante que a equipe de recepção faça as perguntas certas para obter mais clareza sobre as transações. Um processo de RFI garante que as equipes de investigação cheguem ao destinatário correto e acompanhem o recebimento da resposta dentro de um determinado prazo.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O atraso no envio de RFIs ou a falta de controle sobre o tempo de resposta da RFI pode prolongar o tempo necessário para relatar atividades suspeitas e potencialmente violar o prazo regulamentar para relatórios. A falta de processos de RFI para respostas em tempo hábil pode levar à denúncia de atividades suspeitas que poderiam ter sido explicadas com informações adicionais.</p>
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

9. Transparência de Pagamento

Pergunta 92	A Entidade adere às Normas de Transparência de Pagamentos do Wolfsberg Group?	<p>Orientação</p> <p>Consulte a Publicação de padrões de mensagens de transparência de pagamentos do Wolfsberg.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>O uso de formatos de mensagem incorretos e/ou a não inclusão de informações de pagamento completas/precisas comprometerá os processos de triagem de sanções e monitoramento de transações da própria Entidade, bem como os de todos os outros bancos da cadeia de pagamento. Sua Entidade deve avaliar todos os padrões de processamento de pagamentos, em todos os produtos e locais, para determinar a adesão aos padrões e normas. Uma avaliação formalmente documentada ou análise de lacunas, bem como testes quando necessário, serviria para substanciar a consistência com os padrões e normas.</p>
Pergunta 93	A Entidade possui políticas, procedimentos e processos para garantir o cumprimento e possui controles em vigor para garantir o compliance e a conformidade com:	<p>Orientação</p> <p>As políticas, procedimentos e processos devem ser documentados, comunicados e estar acessíveis ao pessoal relevante.</p>
Pergunta 93 a	Recomendação 16 do GAFI	<p>Orientação</p> <p>Consulte o Glossário para obter mais informações sobre a Recomendação 16 do GAFI.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Embora as Recomendações do GAFI não sejam requisitos regulatórios, os Correspondentes podem desejar ver os controles em vigor para monitorar e aplicar a Recomendação 16 do GAFI sobre transferências bancárias.</p>
Pergunta 93 b	Regulamentos Locais	<p>Orientação</p> <p>Deve haver um processo para garantir que sua Entidade esteja ciente dos padrões e normas regulatórios locais para transparência de pagamento e quaisquer mudanças que ocorram, e que ela deve ter processos e procedimentos para cumprir esses padrões e normas.</p>
Pergunta 93 c	Se Não, explique	<p>Orientação</p> <p>Se não houver tais políticas e procedimentos, conforme descrito acima, para cumprir em qualquer aspecto com esses padrões e normas, deve-se considerar a extensão de qualquer desvio e a capacidade da Entidade de coletar as informações de pagamento necessárias.</p>

Pergunta 94	A Entidade possui controles para apoiar a inclusão de informações necessárias e precisas do originador em mensagens de pagamento transfronteiriças?	<p>Orientação Considere processos documentados para garantir que eles exijam o conjunto completo de informações do originador e se as informações do originador fornecidas nas mensagens de pagamento transfronteiriças são consistentes com as informações sobre o cliente, conforme verificadas como parte do processo de CDD.</p> <p>Pontos para Consideração As informações não devem ser truncadas, em todas as situações possíveis. Truncamento significa que nem todos os dados recebidos são incluídos nas mensagens de saída, seja porque os campos de mensagem não permitem um número suficiente de caracteres ou porque as informações completas não são fornecidas no início da transação. A inclusão de informações completas e precisas do originador nas mensagens de pagamento é necessária para apoiar a execução eficaz dos processos de monitoramento de transações e controle de triagem de sanções.</p>
Pergunta 95	A Entidade possui controles para apoiar a inclusão de informações necessárias do beneficiário nas mensagens de pagamento transfronteiriças?	<p>Orientação Deve haver processos de controle para garantir que os originadores de pagamento estejam fornecendo informações completas em todas as situações possíveis e que as informações do beneficiário fornecidas pelo cliente não sejam sem sentido. Considerando que as informações do beneficiário podem ser mais difíceis de obter do que as informações do originador, o banco deve ter uma abordagem definida para obtê-las. Considere também quais controles do sistema estão em vigor em sua Entidade para evitar que as transferências eletrônicas sejam executadas/liberadas sem as informações necessárias do beneficiário, ou com informações do beneficiário que são claramente sem sentido, quando sua Entidade está atuando como a instituição financeira Ordenante.</p> <p>Pontos para Consideração A inclusão das informações necessárias do beneficiário nas mensagens de pagamento apoia ainda mais a execução eficaz dos processos de monitoramento e controle de triagem de transações.</p>
10. Sanções		
Pergunta 98	A Entidade possui uma Política de Sanções aprovada pela administração em relação ao cumprimento da lei de sanções aplicável à Entidade, inclusive com relação aos seus negócios conduzidos com, ou por meio de contas mantidas em instituições financeiras estrangeiras?	<p>Orientação A sua Entidade deve ter uma política que abranja o cumprimento de todas as leis de sanções aplicáveis à sua Entidade.</p> <p>Pontos para Consideração Considere o cumprimento com todas as listas de Sanções relevantes e como controles adicionais podem precisar ser implementados onde sua Entidade não é obrigada a fazê-lo (mas o Correspondente é). Considere como garantir o cumprimento das obrigações de sanções do Correspondente. Uma política clara e o compromisso da alta administração em cumprir as leis de sanções fornecem todos os requisitos de compliance aos funcionários da sua Entidade.</p>

Pergunta 99	A Entidade possui políticas, procedimentos ou outros controles razoavelmente projetados para impedir o uso de contas ou serviços de outra entidade de maneira que faça com que a outra entidade viole as proibições de sanções aplicáveis à tal entidade (incluindo proibições dentro da jurisdição local de tal entidade)?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As sanções geralmente diferem de jurisdição para jurisdição. Como resultado, é importante entender as leis de sanções das jurisdições em que sua Entidade opera e aquelas em que mantém suas contas para evitar transações por meio dessas contas para partes ou jurisdições que violariam os requisitos regulamentares do Correspondente. Não fazer isso pode levar a transações bloqueadas/congeladas e possíveis violações para sua Entidade e o Correspondente.</p>
Pergunta 100	A Entidade possui políticas, procedimentos ou outros controles razoavelmente projetados para proibir e/ou detectar ações tomadas para contornar as proibições de sanções aplicáveis, como a remoção, ou o reenvio e/ou mascaramento de informações relevantes para sanções em transações transfronteiriças?	<p>Orientação</p> <p>Garantir que as políticas e procedimentos incluam controles para detectar clientes que buscam evitar sanções.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>As partes podem tentar enviar pagamentos mascarando/removendo nomes ou jurisdições proibidos para evitar sanções. Isso pode ocorrer pelo cliente propositalmente não fornecer detalhes completos em transações de pagamento ou por reenvio de transações que foram previamente bloqueadas/congeladas ou rejeitadas com as referências sancionadas eliminadas ou mascaradas. A falha em desenvolver controles para identificar esse comportamento pode colocar sua Entidade e o Correspondente em risco de violações. Considere não apenas quais controles estão em vigor, mas também sua eficácia.</p>
Pergunta 101	A Entidade analisa seus clientes, incluindo informações de propriedade beneficiária coletadas pela Entidade, durante a integração e regularmente depois disso, no que diz respeito às Listas de Sanções?	<p>Orientação</p> <p>As leis de sanções e as listas de entidades, indivíduos ou jurisdições sancionadas podem estar sujeitas a alterações frequentes. Como tal, é importante que todos os dados relevantes sejam coletados e rastreados de forma contínua.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Alguns regulamentos especificam que uma Pessoa Jurídica que não esteja listada diretamente como um alvo sancionado é considerada um alvo sancionado se 50% ou mais dela for de propriedade de um beneficiário efetivo que seja diretamente sancionado. Da mesma forma, algumas jurisdições podem considerar uma Entidade sancionada se uma ou mais de suas partes controladoras for um alvo sancionado. Para obter mais informações, consulte as Orientações de Wolfsberg sobre Triagem de Sanções.</p>
Pergunta 102	Qual é o método utilizado pela Entidade para a triagem de sanções?	<p>Orientação</p> <p>O método de triagem de clientes contra listas de sanções deve ser proporcional ao tipo e volume de clientes, a fim de mitigar as violações de sanções.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>A triagem automatizada é mais apropriada para grandes volumes de clientes, enquanto os processos manuais podem ser suficientes para volumes mais baixos. Os processos manuais também podem ser adequados para tarefas que não se prestam facilmente à automação, por exemplo, financiamento comercial documental. A metodologia deve ser reavaliada à medida que os negócios da sua Entidade evoluem e os riscos de FC mudam.</p>
Pergunta 103	A Entidade analisa todos os dados relevantes de sanções, incluindo, no mínimo, informações de Entidade e localização, contidos em transações transfronteiriças, no que diz respeito às Listas de Sanções?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>As referências a entidades sancionadas/partes relacionadas/jurisdições podem ocorrer em qualquer campo de uma transação, incluindo campos de texto livre. A triagem incompleta pode resultar na falha em identificar uma transação com referência a uma Entidade ou jurisdição sancionada.</p>
Pergunta 104	Qual o método utilizado pela Entidade?	<p>Orientação</p> <p>Semelhante à triagem de clientes, o método para triagem de transações deve ser proporcional ao volume de transações processadas. A triagem automatizada deve ser usada para produtos que geram um grande número de transações e vários campos de informação.</p>
Pergunta 105	A Entidade possui um programa de gestão da qualidade de dados para garantir que os dados completos de todas as transações estejam sujeitos a triagem de sanções?	<p>Orientação</p> <p>A triagem eficaz de sanções depende de processos de gestão de dados de qualidade. A organização tem processos suficientes para ter uma triagem eficaz?</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Para garantir que sua Entidade esteja cumprindo as leis de sanções, todas as fontes de dados devem ser precisas e completas. Um programa robusto e de qualidade de gestão de dados deve ser projetado para garantir que todos os dados relevantes estejam disponíveis para triagem.</p>
Pergunta 106	Selecione as Listas de Sanções usadas pela Entidade em seus processos de triagem de sanções:	<p>Orientação</p> <p>Conforme declarado na Pergunta 98, para mitigar o risco de uma violação de sanções pela organização e na jurisdição regulatória do Correspondente, é importante entender e ser explícito sobre quais listas de sanções estão sendo usadas para fins de triagem de sanções.</p>

		<p>Pontos para Consideração</p> <p>É uma boa prática usar listas de sanções amplamente adotadas (por exemplo, OFAC, ONU, UE, HMT, entre outros) para identificar quaisquer entidades potencialmente sancionadas. Isso deve ser feito além de quaisquer listas jurisdicionais locais, bem como a(s) lista(s) aplicável (is) usada(s) pelo Correspondente. Pode haver diferenças entre os regulamentos de sanções que são aplicáveis à sua Entidade (como Respondente) e aqueles que são aplicáveis ao Correspondente. Através do processo de devida diligência, sua Entidade deve procurar entender tais diferenças para garantir que atenda às expectativas do Correspondente.</p>
Pergunta 107	<p>Quando as autoridades reguladoras atualizam a sua lista de sanções, quantos dias úteis antes da entidade atualizar os seus sistemas ativos de triagem manuais e/ou automatizados em relação a:</p>	<p>Orientação</p> <p>Indique para cada categoria o prazo dentro do qual as listas de sanções internas são atualizadas.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>As listas de sanções que não são mantidas atualizadas ou sofrem atrasos nas atualizações dos sistemas de triagem podem expor sua Entidade e o Correspondente ao risco de processar transações em violação das leis de sanções. Deve ser implementado um processo sustentável que permita a identificação de listas atualizadas, com um prazo definido e fluxo de processo sobre como ter as listas atualizadas em toda a organização.</p>
Pergunta 108	<p>A Entidade tem uma presença física, por exemplo, filiais, subsidiárias ou escritórios de representação localizados em países/regiões contra os quais a ONU, OFAC, OFSI, UE ou países membros do G7 promulgaram Sanções abrangentes com base na jurisdição?</p>	<p>Orientação</p> <p>Programas Abrangentes de Sanções – Conhecidos como Países Sensíveis Sancionados (SSCs, na sigla para <i>Sensitive Sanctioned Countries</i>). É aqui que quase todas as atividades (exceto as licenciadas) são proibidas no país. Responda "SIM" se a sua Entidade tiver uma presença física em qualquer país que esteja incluído em qualquer uma das Listas de Sanções.</p> <p>Pontos para Consideração</p> <p>Se a sua Entidade tiver uma presença física em qualquer país ou jurisdição sancionada, isso representará um risco elevado para o Correspondente. O risco é que fundos de filiais ou empresas sediadas ou provenientes de países ou jurisdições sancionados possam passar pelo Correspondente. Caso isso ocorra, o Correspondente terá que reportar, bloquear/congelar ou rejeitar a atividade.</p>

11. Treinamento e educação		
Pergunta 111	A Entidade fornece treinamento obrigatório, que inclui:	Pontos para Consideração Sem um compromisso central da organização e da alta administração sobre o treinamento adequado à finalidade, implantado regularmente e de verdadeiro benefício para aqueles que o realizam, há um risco considerável de que o programa de Prevenção à Crimes Financeiros não possa ser implementado de forma eficaz. É necessário o treinamento adequado da gestão e dos funcionários numa base regular para garantir uma sólida compreensão dos riscos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e Sanções e do programa de Prevenção à Crimes Financeiros do banco. As perguntas 111 a-f referem-se a tópicos relacionados ao treinamento, que contribuem para tornar o programa de treinamento abrangente, relevante e eficaz.
Pergunta 111 a	Identificação e comunicação de transações às autoridades governamentais	Orientação Esta pergunta se concentra nas obrigações sistemáticas de relatórios transacionais regulatórios e nos relatórios de atividades suspeitas.
Pergunta 111 b	Exemplos de diferentes formas de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e violações de sanções relevantes para os tipos de produtos e serviços oferecidos	Pontos para Consideração Um programa de treinamento impactante deve incluir estudos de caso, exemplos de riscos que sua Entidade identificou com base em seus clientes, produtos, tipos de negócios e exposições geográficas, a fim de que os funcionários percebam que os riscos são reais e não teóricos.
Pergunta 111 d	Novos problemas que ocorrem no mercado, por exemplo, ações regulatórias significativas ou novas regulamentações	Pontos para Consideração Sem atualizações regulares e relevantes do material de treinamento, a equipe pode não estar ciente das tipologias, riscos ou padrões de controle mais recentes.
Pergunta 111 e	Conduta e Cultura	Pontos para Consideração Conduta e Cultura, neste contexto, referem-se aos requisitos regulamentares e normas institucionais em torno do comportamento a partir de uma perspectiva de gestão de risco de crimes financeiros.
Pergunta 111 f	Fraude	Orientação Um programa de treinamento deve incluir estudos de caso relacionados a fraudes e riscos identificados na Instituição, a fim de fornecer aos funcionários informações sobre possíveis cenários relacionados a fraudes internas e externas.

Pergunta 112	O treinamento obrigatório acima é fornecido para:	<p>Orientação</p> <p>O treinamento deve ser fornecido a todas as funções que têm um papel dentro do programa geral de PLD, CFT e Sanções do banco. Isso incluiria contratados/consultores e todas as funções mencionadas abaixo. Considere como o treinamento pode ser adaptado às funções mencionadas para que seja relevante e prático para as responsabilidades do funcionário.</p>
Pergunta 112 a	Conselho e Comitê de Alta Administração	<p>Orientação</p> <p>O Conselho, ou outro Comitê de Alta Administração, é responsável por garantir a efetiva implementação e adesão ao programa de PLD, CFT e Sanções. Para poder executar isso, eles devem receber um nível adequado de treinamento.</p>
Pergunta 112 e e f	Terceiros para os quais atividades específicas de Prevenção à Crimes Financeiros foram terceirizadas e trabalhadores não empregados (contratados/consultores)	<p>Orientação</p> <p>Responda "Sim" se a sua Entidade fornecer treinamento ao terceiro que realiza atividades de Prevenção à Crimes Financeiros em seu nome ou se a sua Entidade supervisionar o programa de treinamento do terceiro para o Prevenção à Crimes Financeiros e você se sente confortável de que esse treinamento cumpre com os requisitos da sua Entidade.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>Se a sua Entidade depender de terceiros para entregar partes do seu programa de PLD, CFT ou Sanções, esses terceiros devem estar sujeitos aos mesmos padrões de treinamento que os internos.</p>
Pergunta 113	A Entidade fornece treinamento de PLD, CFT e Sanções direcionado a funções, responsabilidades e produtos, serviços e atividades específicos de alto risco?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>PLD, CFT e Sanções são disciplinas amplas e complexas e os funcionários em funções-chave devem receber treinamento mais direcionado para se concentrar em áreas de maior risco e mais especializadas do programa.</p>
Pergunta 114	A Entidade fornece treinamento personalizado para a equipe de PLD, CFT e Sanções?	<p>Orientação</p> <p>A equipe de PLD e Sanções inclui todos os funcionários em tempo integral, bem como contratados e funcionários temporários, tanto da primeira quanto da segunda Linha de Defesa (consulte o Glossário para obter mais informações). "Personalizado" refere-se a um programa de treinamento adaptado à função e responsabilidades que o funcionário assume.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>O treinamento geralmente será mais eficaz se for direcionado ao público, em termos de relevância de conteúdo e nível. Um único conjunto universal de treinamentos pode não ser apropriado para todos os funcionários do banco e uma abordagem mais eficaz é adotar uma perspectiva de treinamento mais direcionada e personalizada, seja por unidade de negócios ou função, ou por área de risco (por exemplo, treinamentos específicos, ABC, CFT, triagem de Sanções, etc.).</p>

12. Garantia da Qualidade/Testes de Compliance		
Pergunta 117	A Entidade possui um programa de Garantia da Qualidade baseado em risco para crimes financeiros (separado da função de Auditoria independente)?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A falha em garantir registros de qualidade relacionados a CDD e outros processos de KYC pode levar a registros incompletos ou imprecisos, o que pode resultar em clientes que excedem a apetência pelo risco. Processos para avaliar a qualidade desses processos ajudam a mitigar esse risco.</p>
Pergunta 118	A Entidade possui um processo de Teste de Compliance baseado em risco em todo o programa (separado da função de Auditoria independente)?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>É importante que a organização tenha um programa de testes de compliance que analise os controles de crime financeiro em todas as funções que cumprem as responsabilidades de Prevenção à Crimes Financeiros, garantindo uma supervisão consistente e a identificação de possíveis lacunas no programa.</p>
13. Auditoria		
Pergunta 121	Além das inspeções dos órgãos supervisores/reguladores governamentais, a Entidade tem uma função de auditoria interna, uma função de testes ou outro terceiro independente, ou ambos, que avalia as políticas e práticas de PLD, CFT, ABC, Fraude e Sanções de Prevenção à Crimes Financeiros regularmente?	<p>Orientação</p> <p>Uma parte independente deve ter a responsabilidade de examinar e avaliar a adequação e eficácia das políticas, controles e procedimentos em conformidade com os requisitos dos regulamentos aplicáveis, fazer recomendações em relação a essas políticas, controles e procedimentos e monitorar a conformidade com essas recomendações.</p>
		<p>Pontos para Consideração</p> <p>A auditoria e o teste independentes do programa de Prevenção à Crimes Financeiros são uma prática recomendada do setor e, em muitos casos, um requisito regulamentar. A auditoria independente deve ser concebida para garantir que haja um desafio credível à forma como o programa funciona, a fim de avaliar a sua eficácia. Esta revisão independente é necessária para evitar qualquer viés na avaliação do programa.</p>
Pergunta 122	Com que frequência a Entidade realiza auditorias em seu programa de PLD, CFT, ABC, Fraude e Sanções pelo seguinte:	<p>Pontos para Consideração</p> <p>A seleção “Revisões baseadas em componentes” refere-se a revisões com foco em um tema (também conhecido como revisões temáticas) ou em uma função específica. Revisões frequentes de fontes independentes fornecem uma avaliação da eficácia do programa.</p>
Pergunta 123	A função de auditoria interna ou outro terceiro independente abrange as seguintes áreas:	<p>Orientação</p> <p>Indique quais áreas são cobertas pela auditoria interna/avaliações independentes.</p>

Pergunta 124	As descobertas adversas da auditoria interna e externa são rastreadas até a conclusão e avaliadas quanto à adequação e integridade?	<p>Pontos para Consideração</p> <p>É importante ter processos adequados para rastrear quaisquer descobertas identificadas para garantir a integridade e validação da remediação. A falta de tais processos pode levar a um programa de crimes financeiros ineficaz e a potenciais preocupações regulatórias.</p>
14. Fraude		
Pergunta 127	A Entidade possui políticas em vigor que abordem o risco de fraude?	<p>Orientação</p> <p>Sua Entidade deve ter uma estrutura de governança em torno de "Como gerenciar riscos de fraude?". Isso pode ser alcançado em uma Política Antifraude dedicada ou pela inclusão em outras políticas, como Compliance, Má Conduta ou Segurança Corporativa. A política deve abranger pelo menos a definição de Fraude, Aplicabilidade da Política, Funções e Responsabilidades (incluindo Obrigações) e Caminhos de Escalonamento.</p>
Pergunta 128	A Entidade possui uma equipe dedicada responsável pela prevenção e detecção de fraudes?	<p>Orientação</p> <p>É importante que os recursos sejam alinhados não apenas para lidar com eventos de fraude (investigações), mas também para que as equipes sejam alocadas em uma estrutura mais holística de Prevenção e Detecção de Fraudes.</p>
Pergunta 129	A Entidade possui monitoramento em tempo real para detecção de fraudes?	<p>Orientação</p> <p>É importante que a fraude baseada em pagamento/transação seja monitorada em tempo real para detectar padrões/comportamentos fraudulentos, permitindo que sua Entidade interdite essas transações antes de processá-las.</p>
Pergunta 130	Os processos da Entidade incluem a coleta de informações adicionais para apoiar seus controles de fraude, por exemplo, endereço IP, localização GPS e/ou ID do dispositivo?	<p>Orientação</p> <p>É importante que os sistemas de monitoramento de fraudes usem todos os dados disponíveis para identificar possíveis transações fraudulentas antes de processá-las. Os exemplos incluem, mas não estão limitados a dados transacionais (quantidade, data, endereço IP, ID do dispositivo, método de autenticação) e dados não transacionais (dados do cliente, setor, localização), bem como listas de observação (interna/externa).</p>

Este documento foi traduzido por um falante nativo. Em caso de discrepância entre esta versão e a versão inglesa, prevalece esta última.